



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
UNIVERSIDADE**



DAVILENE SOUZA SANTOS

**O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA: VERIFICAÇÃO DA ADESÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA I**

SALVADOR
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
UNIVERSIDADE**



DAVILENE SOUZA SANTOS

**O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA: VERIFICAÇÃO DA ADESÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA I**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia – Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Goulart Garcia Rosa.

**SALVADOR
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SANTOS, Davilene Souza
O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA: VERIFICAÇÃO DA ADESÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO DA ÁREA I / Davilene Souza SANTOS, Davilene
SANTOS. -- Salvador, 2019.
113 f.

Orientador: Flávia Goulart Garcia Rosa.
Dissertação (Mestrado - Estudos Interdisciplinares
sobre a Universidade) -- Universidade Federal da
Bahia, Universidade Federal da Bahia - UFBA.
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor
Milton Santos (IHAC), 2019.

1. Repositório Institucional. 2. Universidade. 3.
Comunicação científica. 4. Acesso aberto. 5. Programa
de Pós-Graduação. II. SANTOS, Davilene. I. Rosa, Flávia
Goulart Garcia. II. Título.

DAVILENE SOUZA SANTOS

**O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA: VERIFICAÇÃO DA ADESÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO DA ÁREA I**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 17 de outubro de 2019.

Banca examinadora



Prof. Dra. Kátia de Oliveira Rodrigues (UFBA)



Prof. Dra. Nidia Maria Lienert Lubisco (UFBA)



Prof. Dra. Renata Meira Vêras (UFBA)

A Clara Helena, filha amada. Amiga de hoje e sempre!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo que tenho feito desde sempre. Somente com o nosso coração cheio de gratidão alcançamos todos os nossos objetivos. Nesse momento especial, agradeço mais uma vez ao universo e a essa força maior que chamamos de Deus. Sem a fé nessa energia poderosa, nada conseguiríamos, e hoje posso dizer que alcanço tudo aquilo que me proponho a executar. Gratidão, gratidão, gratidão.

Um agradecimento especial a meu tio Dorgival, por ter acreditado no meu potencial desde o meu nascimento e ter investido de modo incondicional na minha educação.

Dedicação e generosidade definem a minha orientadora, professora Flávia Rosa. Incentivadora, inspiradora, conselheira, uma verdadeira mãe-amiga. Tudo que consegui em termos de crescimento acadêmico e científico, agradeço aos ensinamentos adquiridos com ela. Minha eterna gratidão.

Gratidão imensa à minha mãe, Maria Helena, *in memoriam*. Agradeço pela vida e pela oportunidade de ter convivido contigo, ao menos 17 anos da minha caminhada. Foram poucos anos de fato, mas foram enriquecedores e intensos. Para você, minha mãezinha, mais esse presente. Te amo!

E o que dizer da minha princesa, Clara Helena, minha fofucha, meu pedacinho de céu. Simplesmente, gratidão elevada à décima potência. Gratidão por tanta compreensão, tanto carinho e tanto amor. Criança incrível que Deus ou o Universo presenteou-me para ser mãe. Obrigada, princesa, por ter sido tão atenciosa comigo. Mamãe ama demais!

Gratidão ao meu amado Claudionor, pessoa maravilhosa por quem a vida me fez lutar, batalhar, conquistar e ter para toda a vida. Seria bem mais difícil se eu não o tivesse incentivando-me, sempre me dizendo: “Vai, faz, você é capaz”.

A todos os meus familiares, gratidão por tudo. As ausências foram muitas, vários domingos sem aparecer para um bate-papo. Obrigada por entreterem minha princesa quando precisei isolar-me para escrever, escrever e escrever. A minha sogra mais que amada, gratidão!

Cristina! Jamais poderia esquecer de Fátima Cristina. Pessoa iluminada que Deus fez surgir como um passe de mágica na minha vida, para dar-me paz, tranquilidade e conforto nos cuidados com o meu bem maior e mais precioso. Gratidão, Cris!

Aos meus amigos maravilhosos, Mayara Nascimento, Marcos Samuel, Wendy Souza, minha Loira mais que linda (Dona Zezé), tão importantes na minha vida e na minha trajetória no Instituto de Matemática, mil agradecimentos a vocês.

Meus amados colegas da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), local no qual fui recebida com muito carinho e tanta informação, agradeço demais a oportunidade de fazer parte da equipe do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa). Tenho apreendido mais e mais a cada dia. Pessoas extremamente inteligentes, generosas, humildes e competentes. Estou em meio a gigantes! Gratidão a Edilton Lima, que tanto me auxiliou, me orientou e foi meu coautor em formatação de imagens em um artigo. Brincadeira à parte, você é demais, cara! É um privilégio ter convivido com uma pessoa tão especial como você. A Vitor Pinho, os meus mais sinceros agradecimentos, pois sem ele esta dissertação jamais sairia no mês de outubro de 2019. Aos demais colegas da STI, sintam-se todos abraçados e lembrados pelo apoio e companheirismo.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação realizada em 27 de novembro de 2018, os meus mais sinceros agradecimentos, pela disponibilização de tempo e de leitura, em especial pelas considerações proferidas, que muito elucidaram os rumos da pesquisa. Professora Maria Isabel Barreira, professor Rodrigo Meirelles e professora Renata Veras, gratidão eterna. Aproveito para agradecer especialmente à professora Renata Veras, mais uma vez, pela mesma disponibilidade para a leitura e participação na banca de defesa da dissertação. Agradeço à professora Nídia Lubisco pela honra de tê-la como membro da banca de defesa do mestrado, profissional que sempre admirei desde a minha graduação em Biblioteconomia e Documentação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). À docente Kátia Rodrigues, gratidão pela participação na banca de defesa, mas também pelo acolhimento que recebi no tirocínio docente na disciplina História dos Livros e das Bibliotecas, na qual pude compartilhar informação, aprender mais e crescer enquanto pesquisadora. Foi incrível! Gratidão à professora Maria Isabel Barreira, pela colaboração na suplência da banca de defesa.

Gratidão a Pérola Dourado, secretária do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU), por todas as sugestões e orientações que ofereceu, sempre bem colocadas.

O Que é, o Que é? Gonzaguinha

Eu fico com a pureza das respostas das crianças:
É a vida! É bonita e é bonita!
Viver e não ter a vergonha de ser feliz,
Cantar,
A beleza de ser um eterno aprendiz
Eu sei
Que a vida devia ser bem melhor e será,
Mas isso não impede que eu repita:
É bonita, é bonita e é bonita!
E a vida? E a vida o que é, diga lá, meu irmão?
Ela é a batida de um coração?
Ela é uma doce ilusão?
Mas e a vida? Ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento?
O que é? O que é, meu irmão?
Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo,
É uma gota, é um tempo
Que nem dá um segundo,
Há quem fale que é um divino mistério profundo,
É o sopro do criador numa atitude repleta de amor.
Você diz que é luta e prazer,
Ele diz que a vida é viver,
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é, e o verbo é sofrer.
Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé,
Somos nós que fazemos a vida
Como der, ou puder, ou quiser,
Sempre desejada por mais que esteja errada,
Ninguém quer a morte, só saúde e sorte,
E a pergunta roda, e a cabeça agita.
Fico com a pureza das respostas das crianças:
É a vida! É bonita e é bonita!
É a vida! É bonita e é bonita!

“O que é, O que é?” é a principal composição de Gonzaguinha. Destacam-se na canção os vários pontos de vista sobre a vida, o da pessoa pessimista, o da pessoa otimista e principalmente o da criança, que em sua pureza acha a vida bonita.

Compositor e intérprete – Gonzaguinha

Ano de divulgação: 1982 / Álbum: *Caminhos do coração*, “É a vida, é bonita e é bonita!”.

SANTOS, Davilene Souza. **O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia**: verificação da adesão dos programas de pós-graduação da Área I. 2019. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Um Repositório Institucional é uma ferramenta que permite o armazenamento, preservação e memória de uma universidade, elevando a visibilidade da produção acadêmica e científica. Disponibilizar o conhecimento produzido nas Instituições Federais de Ensino Superior é um dos pilares que sustenta a existência dos repositórios. Já a democratização do acesso à informação é parte integrante do Movimento de Acesso Aberto, do qual originaram-se os repositórios. Nesse sentido, este estudo propõe-se a verificar como vem ocorrendo a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica dos cursos de pós-graduação da Área I, no período de 2010 a 2018 no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. Dessa forma, objetivou-se analisar a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica nos programas de pós-graduação da Área I entre 2010 e 2018 no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia, através da observação sistemática das subcomunidades dos programas de pós-graduação no Repositório; assim como a identificação dos tipos de documentos inseridos, e investigar, junto aos coordenadores de curso, os critérios utilizados pelos programas para inserção da produção acadêmica e científica nesse ambiente virtual. Para o alcance dos objetivos propostos, adotamos com instrumento de coleta de dados, a observação sistemática da subcomunidades no Repositório e das *homepage* dos programas, além da aplicação de questionário aos coordenadores dos cursos de pós-graduação da Área I, através da ferramenta SurveyMonkey. A pesquisa possui natureza qualitativa-quantitativa, que visa descrever os fenômenos de modo categorizados e numericamente. O estudo revela a necessidade de intervenção das instâncias superiores da instituição, junto à comunidade acadêmica e científica, para alavancar o uso e a disponibilização de conteúdo no Repositório Institucional, não como mais uma base de dados local e superficial, como alguns coordenadores colocaram, mas como um espaço de preservação, memória e visibilidade da instituição. Consideramos, de todo modo, que o estudo foi satisfatório, ao possibilitar a identificação de possíveis entraves e dificuldades da Área I da universidade, para a disponibilização de conteúdo em acesso aberto. Constatamos que, na sua maioria, os programas tendem a incentivar a inserção de conteúdo, mas ainda de forma irrelevante, sem definições de procedimentos ou mesmo incentivos.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Universidade. Comunicação científica. Acesso aberto. Programa de Pós-Graduação.

SANTOS, Davilene Souza. **O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia**: verificação da adesão dos programas de pós-graduação da Área I. 2019. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

An Institutional Repository is a tool that allows the storage, preservation and memory of a university, raising the visibility of academic and scientific production. Making available the knowledge produced in Federal Higher Education Institutions is one of the pillars that supports the existence of repositories. The democratization of access to information is an integral part of the Open Access Movement, from which the repositories originated. In this sense, this study aims to verify how the availability of content resulting from the scientific production of Area I postgraduate courses has been available, from 2010 to 2018 in the Institutional Repository of the Federal University of Bahia. Thus, the objective was to analyze the availability of content resulting from scientific production in the Postgraduate Programs of Area I between 2010 and 2018 in the Institutional Repository of the Federal University of Bahia, through the systematic observation of the subcommunities of the postgraduate programs in the repository; as well as the identification of the types of documents inserted, and investigate with the course coordinators, the criteria used by the programs to insert academic and scientific production in this virtual environment. To achieve the proposed objectives, we adopted with data collection instrument, the systematic observation of subcommunities in the Repository and program homepage, as well as the application of a questionnaire to Area I graduate coordinators, through the SurveyMonkey tool. The research has a qualitative and quantitative nature, which aims to describe the phenomena in a categorized and numerical way. The study reveals the need for intervention by the higher levels of the institution, within the academic and scientific community, to leverage the use and availability of content in the Institutional Repository, not as another local and superficial database, as some coordinators put, but as a space for preservation, memory and visibility of the institution. In any case, we considered that the study was satisfactory, as it allowed the identification of possible obstacles and difficulties of the university Area I, for the availability of open access content. We find that for the most part, programs tend to encourage content insertion, but still irrelevant, with no procedural definitions or even incentives.

Keywords: Institutional Repository. University. Scientific communication. Open Access. Graduate program.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APC	Article Processing Charges
ASSAN	Associação dos Servidores do Arquivo Nacional
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIREDIAL-ISTEC	Conferência Internacional sobre Bibliotecas e Repositórios Digitais da América Latina
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CEAPGMAT	Centro de Atendimento a Programa de Pós-graduação do Instituto de Matemática e Estatística
CECRE	Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOAJ	Directory of Open Access Journals
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFES	Instituições de Federais de Ensino Superiores
IGEO	Instituto de Geociências
IME	Instituto de Matemática e Estatística
MAA	Movimento de Acesso Aberto
MAEQ	Mestrado em Engenharia Química
NIH	National Institute of Health
OA	Open Access
OJS	Open Journal Systems
OPENDOAR	Diretório de Repositórios de Acesso Aberto
PDF	Portable Document Format
PGCOMP	Programa de Ciência da Computação
PII	Política de Informação Institucional
PMC	PubMed Central
PPEC	Pós-Graduação em Engenharia Civil
PPG	Programas de Pós-Graduação
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática

RI	Repositório Institucional
SBM	Sociedade Brasileira de Matemática
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SIBI	Sistema Universitário de Bibliotecas
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEFS	Universidade Federal de Feira de Santana
UFAL	Universidade Federal da Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIFACS	Universidade do Salvador

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos da Área I: Ciências Físicas, Matemática e Tecnologias...	48
Quadro 2	Disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, cursos da Área I: Ciências Físicas, Matemática e Tecnologias.....	52
Quadro 3	Quantidade de alunos concluintes entre 2010 e 2018 (Área I).....	57
Quadro 4	Quantidade de documentos disponibilizados por tipo.....	60
Quadro 5	Quantidade de documentos disponibilizados em todo o RI- UFBA.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Nota Capes por curso da Área I.....	51
Gráfico 2	Quantidade documentos disponibilizados no RI-UFBA por curso da Área I.....	56
Gráfico 3	Documentos recomendados à inserção no RI-UFBA.....	82

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	16
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	21
3	PANORAMA DE CONSUMO DA INFORMAÇÃO: DA ORALIDADE AO MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO.....	24
3.1	A INFORMAÇÃO: DOS PRIMÓDIOS DA CIVILIZAÇÃO A GUTENBERG.....	25
3.2	CONTEXTUALIZANDO O BRASIL.....	28
3.3	EVOLUÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E BASES DE DADOS.....	30
3.4	MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO (MAA): DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO.....	33
3.5	CONSIDERAÇÕES	36
4	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA: LEVANTAMENTO NA ÁREA I	38
4.1	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	39
4.2	REPOSITÓRIO UFBA.....	42
4.3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	43
4.4	RESULTADOS PARCIAIS.....	45
4.5	CONSIDERAÇÕES.....	46
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
5.1	OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA DAS COMUNIDADES DOS PROGRAMAS NO RI-UFBA.....	47
5.2	OBSERVAÇÃO DOS PORTAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: BUSCA DE DOCUMENTOS NORMATIVOS PARA A INSERÇÃO DE CONTEÚDO NO RI-UFBA.....	73
5.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DO PPG.....	78
6	CONCLUSÃO.....	85
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE A – Distribuição dos discentes concluídos nos cursos da Área I (entre 2010 a 2018).....	95
	APÊNDICE B – Endereço das <i>homepages</i> dos programas.....	97

APÊNDICE C – Artigos publicados em anais de evento e periódicos ao longo da trajetória.....	99
APÊNDICE D – <i>E-mail</i> enviado aos coordenadores dos programas de pós-graduação da Área I da UFBA, convidando a responder o questionário.....	100
APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido: enviado em anexo ao <i>e-mail</i> de convite para responder o questionário aos coordenadores de PPG.....	101
APÊNDICE F – Questionário.....	102
ANEXO A – Portaria nº 024/2010.....	109
ANEXO B – Portaria nº 125/2015.....	110
ANEXO C – Resolução nº 01/2018 PPGEISU.....	111
ANEXO D – Captura de tela do RI-UFBA (inserção de documento indevida).....	112
ANEXO E – Certificado de participação Biredial-Istec 2019.....	113

1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é fruto de uma investigação acerca da comunicação científica realizada a partir do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI-UFBA), tendo como universo da pesquisa os Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área I: Ciências Físicas, Matemáticas e Tecnologias¹.

Tendo atuado na coordenação do Centro de Atendimento a Programa de Pós-Graduação do Instituto de Matemática e Estatística (CEAPGMAT), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), verificamos que os estudantes e docentes não faziam o uso adequado do RI-UFBA ou até mesmo desconheciam a sua existência. Após participarmos ativamente de um longo processo de disponibilização dos documentos oriundos das defesas de dissertação e teses, através de um verdadeiro mutirão, nos questionamos se essa função seria mesmo do CEAPGMAT – ou seja, o arquivamento das produções individuais acadêmicas e científicas dos discentes – ou se essa tarefa do arquivamento e disponibilização desse conteúdo estava sendo repassada para terceiros, visto que se tratava do conhecimento científicos produzido por outrem e disponibilizado no RI da universidade, cujo princípio é o autoarquivamento.

O CEAPGMAT, naquele momento, assessorava cursos de mestrado e doutorado em Matemática, em Mecatrônica, em Ciência da Computação e o Mestrado Profissional em Matemática (Profmat). Além dos cursos mencionados, ainda estavam sob nossa responsabilidade de assessoramento os cursos isolados, como o doutorado e o mestrado em Ciência da Computação, em fase de descontinuação, que eram associados a outras instituições: o primeiro com a Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade do Salvador (UNIFACS), e o segundo em associação apenas com a Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS). Este último logo tornou-se objeto da nossa primeira investigação, através da elaboração de um artigo científico intitulado “O autoarquivamento no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso do curso de mestrado em Ciência da Computação”² e apresentado no XX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado em Salvador, Bahia, em abril de 2018.

¹ Classificação das áreas do conhecimento disponível em: <https://supac.ufba.br/guia-matricula-pos-graduacao>. Acesso em: 6 set. 2019.

² Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29954/1/Artigo%20Davilene%20Santos%20-%20Anais_SNBU_V2_REPOSITORIO.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

Ao refletirmos sobre o objetivo de um RI no âmbito de uma universidade, buscamos na literatura o conceito e, dentre eles, o de que esse é um conjunto de serviços que a universidade ou instituição oferece aos membros da sua comunidade, para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e pelos membros da sua comunidade (LYNCH, 2003). Para além dessa conceituação, Leite (2009, p. 21) discorre que:

Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição.

A partir desse entendimento acerca de um RI e do contexto apresentado, percebemos a necessidade de aprofundar os estudos e o conhecimento sobre o tema. Logo, formulamos a pergunta que gerou o problema de pesquisa: como vem ocorrendo a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica dos cursos de pós-graduação da Área I, no período de 2010 a 2018 no RI da UFBA?

O objetivo geral do estudo é analisar a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica desses PPG, a partir 2010, ano de criação do RI da UFBA, até o ano de 2018. Para tanto, adotamos os seguintes objetivos específicos:

1. identificar os tipos de produção inserida no RI pelos PPG da Área I da UFBA;
2. avaliar os documentos oficiais normativos para manutenção do RI;
3. investigar os critérios utilizados pelos PPG para inserção da produção no RI-UFBA.

Para o cumprimento desses objetivos, buscamos uma metodologia que possibilitasse a observação das subcomunidades – entende-se como o espaço destinado no Repositório para que cada PPG realize a disponibilização do conteúdo produzido – como um dos instrumentos de coleta de dados. Outro instrumento utilizado foi o questionário aplicado aos coordenadores dos PPG, além da consulta aos portais específicos dos programas na internet para verificarmos se possuíam documentos que mencionassem ou normatizassem a disponibilização de conteúdo no RI-UFBA.

A pesquisa seguiu um fluxo de natureza aplicada, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), “Caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”. Adotando uma abordagem qualitativa e quantitativa, realizamos um levantamento e uma revisão bibliográfica sobre a temática da comunicação científica e RI.

Como parte da proposta metodológica, procuramos elaborar um artigo de revisão que tratasse da questão relacionada aos paradigmas do consumo da informação frente à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essa iniciativa surgiu como base para delinear e entendermos como, ao longo do tempo, os indivíduos estavam fazendo uso da informação, pois o RI nada mais é do que um local de consumo da informação em tempos de tecnologia. O Movimento de Acesso Aberto (MAA) à informação, que, conseqüentemente, objetiva tornar a informação mais democrática, estava em um contexto que precisava ser percorrido.

No anseio de analisarmos o panorama da informação, desde os primórdios da civilização até a ascensão das tecnologias, que possibilitam que hoje tenhamos iniciativas de democratização ao acesso da informação, elaboramos um artigo científico intitulado “Panorama de consumo da informação: da oralidade ao Movimento de Acesso Aberto”,³ publicado no periódico científico *Acesso Livre* – revista da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (Assan). Com a elaboração desse artigo, identificamos e relatamos como a informação era produzida e consumida desde os primórdios da civilização, passando pelo legado de Gutenberg, a invenção da imprensa, até chegarmos aos dias atuais, nos quais imperam as inovações tecnológicas. Essas inovações possibilitaram uma quebra no paradigma na obtenção da informação e produção do conhecimento.

Com a continuidade das pesquisas, entendemos de forma mais apurada que a comunicação científica envolve um conjunto de atividades que perpassa pela produção, disseminação e uso da informação, a partir do instante em que o pesquisador formula um problema de investigação até a entrega do resultado final, e este se insere no rol dos conhecimentos científicos, estando intimamente ligados aos processos de produção e de comunicação dos quais os repositórios estão inseridos e intimamente ligados, constituindo-se em fatores inseparáveis para a produção do conhecimento (GARVEY; GRIFFITH, 1979; MEADOWS, 1999, ZIMAN, 1981).

Produzir conhecimento científico e comunicá-lo de forma ampla e irrestrita torna-se primordial em tempos de avanços tecnológicos e de escassez de recursos. Para Targino (1998, p. 46), “A comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois permite somar esforços individuais dos membros das comunidades científicas”. Nesse sentido, a forma de comunicação científica adotada pelos PPG da Área I da UFBA necessitava da verificação de como a produção acadêmica e científica produzida nessa área ultrapassava os muros da

³ Disponível em: https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2019/06/07_davilene-e-flavia-goulart.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

universidade e agregava valor aos recursos investidos pela sociedade na produção do conhecimento.

A partir dessa verificação, um segundo artigo foi produzido com os relatos parciais da investigação e publicado na revista *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, sob o título “A Comunicação Científica no Repositório Institucional da UFBA: levantamento na Área I”.⁴ Nessa publicação, já apresentamos os primeiros achados sobre o estudo, que vieram a se confirmar, ou seja: quais documentos têm um maior índice de inserção no RI; como os programas incentivam os discentes a inserirem as suas produções científicas; e, sobremaneira, quais os documentos normatizados existentes, tanto no sítio do repositório quanto nos dos PPG.

Para além dos artigos publicados em periódicos científicos, no percurso do mestrado, apresentamos trabalhos em eventos; dentre eles, um breve levantamento acerca dos repositórios que participaram de um projeto piloto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), um dos incentivadores das práticas do acesso aberto, atuando na busca da inserção do país no contexto mundial, já evidente em diversas outras nações, e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do edital FINEP/PCAL XBDB 002/2009.⁵

Esse levantamento teve o intuito de verificar como o RI-UFBA – que participou do projeto piloto do edital da Finep – vem se comportando frente aos outros repositórios de Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) que participaram do referido edital, a saber: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e a Universidade de Brasília (UnB). Esse levantamento, intitulado “Verificação dos repositórios institucionais contemplados no projeto piloto do edital FINEP/IBICT/2009”⁶ foi apresentado na IX Conferência Internacional sobre Bibliotecas e Repositórios Digitais da América Latina (Biredial-Istec), realizada em São Paulo, em julho de 2019. É importante observar que, nesse evento, apenas o nosso trabalho representava a UFBA e o desenvolvimento dessa ferramenta, o Repositório, que tem por objetivo incentivar a visibilidade de uma instituição perante a sociedade, que são os seus maiores financiadores. Acrescentamos que a pesquisa, além de ter um caráter específico de investigar e verificar a disponibilização de conteúdo realizada pelos PPG da Área I, observa também como o RI-UFBA vem se comportando no todo e, principalmente, frente a outras Ifes,

⁴ Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/46666/22922>. Acesso em: 8 set. 2019.

⁵ Disponível em: <https://kuramoto.wordpress.com/2009/04/20/edital-fineppcalxbdb-n%C2%BA-0012009-foi-revogado/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

⁶ Anais em fase de publicação. Certificado de apresentação no Anexo E.

das quais podemos absorver as melhores práticas de utilização e disponibilização de conteúdo, para adaptarmos e aplicarmos à nossa realidade.

Ao partimos para a observação sistemática das subcomunidades, aliadas às respostas dos coordenadores ao questionário, identificamos uma tendência à disponibilização em primeiro plano das dissertações e teses, seguidos pelos artigos publicados em periódicos. Esses dados revelam que ainda há entraves para a inserção de artigos publicados em eventos e capítulo de livros.

A estrutura deste trabalho encontra-se dividida em: apresentação; percurso metodológico; primeiro capítulo resultante do artigo publicado na revista *Acesso Livre*, intitulado “Panorama de consumo da informação: da oralidade ao Movimento de Acesso Aberto”; segundo capítulo derivado do artigo publicado, agora na revista *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, intitulado “A comunicação científica no repositório institucional da UFBA: levantamento na Área I”. Em seguida, apresentamos as análises e discussões dos resultados, divididas em três subseções. Por fim, trazemos as considerações finais com recomendações para trabalhos futuros.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, em seus aspectos metodológicos, caracteriza-se pelo estudo descritivo do objeto de estudo, que busca verificar a disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, pelos programas de pós-graduação da Área I da universidade. Nesse sentido, para Marconi e Lakatos (2003, p. 187):

Estudos de avaliação de programa – consistem nos estudos quantitativo-descritivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito à grande variedade de objetivos, relativos à educação, saúde e outros.

Para atingirmos os objetivos propostos, adotamos o levantamento bibliográfico e documental como primeira premissa de investigação, resgatando em bases de dados científicas – tais como: Web of Science, Google Acadêmico e Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – documentos que subsidiassem os estudos acerca da comunicação científica; MAA e RI. Na recuperação dos documentos, foi possível encontrarmos uma vasta literatura nas áreas pretendidas, resgatando de dissertações e teses a artigos científicos atualizados, livros e documentos normativos que circunstanciaram a implementação de repositórios em Ifes no Brasil.

A natureza aplicada do estudo nos conduziu a adotar como estratégia para coleta de dados a realização da observação sistemática das subcomunidades dos programas de pós-graduação no RI-UFBA, com o intuito de identificarmos como os documentos oriundos das produções acadêmicas e científicas vêm sendo comunicados em acesso aberto. Nesse sentido, organizamos em quadros, além da tipologia de documentos e seu quantitativo inserido no RI-UFBA, dentre eles: dissertações e teses; artigos em eventos; artigos em periódicos; capítulos de livros e outros, analisamos mais detalhadamente o quantitativo de defesa de mestrado e doutorado no período compreendido neste estudo, ou seja, entre 2010 e 2018, para em seguida confrontarmos com o quantitativo de dissertações e teses inseridas no RI-UFBA. Adotamos uma abordagem qualitativa e quantitativa, com o intuito de nos beneficiar dos pontos fortes de cada um desses métodos de abordagem. De acordo com Fonseca (2002, p. 20):

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Já a abordagem qualitativa, segundo Minayo (1992), centra-se nos aspectos relacionados aos motivos, significados, necessidades, crenças, valores e atitudes, que implica no aprofundamento das relações, dos processos e dos fenômenos.

Outro levantamento realizado diz respeito à verificação da disponibilização dos documentos normativos, nas *homepages* dos programas, que pudessem orientar os discentes e docentes a efetivarem a inserção das suas produções científicas.

Um dos instrumentos de coleta de dados que contribuiu em grande parte com o estudo aqui realizado foi o questionário, aplicado aos coordenadores dos programas de pós-graduação. A plataforma utilizada pra a aplicação desse foi o SurveyMonkey, no qual estruturamos um questionário contendo 12 perguntas, das quais 11 foram perguntas fechadas e 1 pergunta aberta, encaminhando via convite a um quantitativo de 26 coordenadores em 17 de maio de 2019. A utilização do Survey é corroborada por Fonseca (2002, p. 33), segundo o qual:

A pesquisa com Survey pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa.

As respostas ocorreram de forma tímida e lenta, tendo alcançado o seu ápice em 26 de maio de 2019, permanecendo em constantes recebimentos até 4 de agosto de 2019. Diante de um cenário em que ocorre a alternância da coordenação a cada dois anos e entendendo que os novos coordenadores talvez não estivessem tão familiarizados com as questões da disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, consideramos prosseguir a pesquisa com o quantitativo de 17 respostas recebidas, o que compreende aproximadamente 71% de retorno dos questionários.

Ao discorrermos sobre o percurso metodológico deste estudo, ressaltamos que os procedimentos e metodologias adotadas não se encerram na estrutura do levantamento dos dados, mas também na estrutura deste produto final.

Com base na Resolução nº 01/20018,⁷ editada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares, observa-se a possibilidade de defesa de dissertação do mestrado através da apresentação de um artigo publicado em periódico científico. Nesse sentido, como, ao longo da nossa trajetória na pós-graduação, desde antes mesmo de adentrar ao programa

⁷ Resolução nº 01/2018 PPGEISU. Disponível em: http://www.ihac.ufba.br/download/ensino/pos-graduacao/stricto_sensu/eisu/procedimentos/exames_e_defesas/procedimentos/resolucao-01-2018-exame-de-qualificacao-e-defesa-de-dissertacao-eisu.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

como aluna regular, já buscava produzir cientificamente, além dos artigos publicados em eventos, publicamos dois artigos em periódicos científicos.

Desse modo, este trabalho foi estruturado metodologicamente através da disposição dos artigos publicados nos periódicos, em forma de capítulos, seguido das análises dos resultados obtidos com a utilização dos procedimentos e instrumentos citados.

3 PANORAMA DE CONSUMO DA INFORMAÇÃO: DA ORALIDADE AO MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO

Vivenciou-se, no século XXI, uma ruptura nos modos de consumo da informação, em especial da informação científica. Essa transformação e quebra de antigos paradigmas foram possibilitados pela ascensão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aliada ao avanço da internet. Pesquisadores e cientistas, sendo propulsores e decisivos atores nesse cenário, foram incentivados pela necessidade constante de comunicação, divulgação e compartilhamento das novas descobertas, visto que é imperativo ampliar e democratizar o conhecimento, bem como atender às demandas da produtividade e do “produtivismo”.

Cientistas têm enfrentado a poderosa indústria editorial, monopolizadora dos direitos de publicação e distribuição do conhecimento científico produzido. Com o apoio da sociedade, iniciaram um movimento em prol da comunicação livre da ciência, conhecido como Movimento de Acesso Aberto (MAA). Tal movimento manifestou-se contrariamente ao modelo de aquisição da informação produzida pelos próprios pesquisadores, os quais, ao se tornarem novos consumidores, são taxados de forma exorbitante pelas editoras de periódicos científicos.

Partindo da premissa apresentada, o objetivo desse estudo é traçar um panorama dos modos de consumo da informação científica, desde os primórdios da civilização, passando pela criação dos tipos móveis por Gutenberg até o MAA, e apresentar as contribuições que o movimento tem trazido para a democratização por meio da disseminação da informação produzida no meio científico.

Em atendimento ao proposto, será realizada uma breve conceituação acerca do termo informação, o qual, segundo Messias (2005, p. 10), “[...] é o recurso que movimenta a economia global, sendo o principal elemento de produção das sociedades desenvolvidas”. Além disso, a informação é o componente de todas as ciências e atividades humanas. Em seguida, será abordada a evolução da circulação da informação desde os primórdios da civilização até a consolidação da imprensa. Rodrigues (2012, p. 196) destaca que o uso dos tipos móveis na impressão “foi o modelo que obteve maior sucesso, em vista de sua eficiência e economia”.

Em seguida, serão contextualizados a origem das bases de dados e o crescimento destas em face ao aparecimento dos periódicos científicos eletrônicos. Destacam-se as contribuições do MAA e analisa-se a efervescência da disseminação em acesso aberto e a democratização do consumo informacional no meio científico.

Como estratégia metodológica, a pesquisa tem caráter descritivo, buscando compreender, através do levantamento bibliográfico, as diversas facetas da informação no contexto científico, antes e depois da ascensão do acesso aberto, adotando uma abordagem qualitativa. O nível da pesquisa adotado foi o descritivo, que de acordo com Gil (2008, p. 28) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Já a abordagem qualitativa tende a ser a mais adequada no estudo relativo à informação e sua disseminação, visto que, de acordo com Minayo (2002, p. 21), “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”. Nesse sentido, a necessidade desse tipo de abordagem no contexto deste estudo tona-se proeminente. No levantamento bibliográfico, utilizou-se como estratégia de busca os termos “conceito de informação”, “consumo da informação”, “invenção da imprensa”, “periódicos científicos” e “MAA” em periódicos científicos e bases de dados tais como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo-se recuperados artigos científicos, dissertações e teses.

3.1 A INFORMAÇÃO: DOS PRIMÓRDIOS DA CIVILIZAÇÃO A GUTENBERG

Nos primórdios da civilização, a informação era transmitida de forma oral, contando-se com o recurso da fala e da retórica para repassar o conhecimento adquirido aos descendentes. Assim aconteceu na Grécia Antiga graças às discussões e reuniões para debaterem-se questões ligadas à filosofia, na periferia de Atenas. Com o passar do tempo, novas descobertas contribuíram para a sistematização e o compartilhamento do conhecimento, como por exemplo, a revolução da palavra escrita com a introdução das letras por volta de 700 a.C. Os gregos contribuíram não apenas com a criação do alfabeto, mas foram responsáveis pela cultura letrada do pensamento moderno. (MEADOWS, 1999).

Galvão e Batista (2006, p. 407) proporcionam um vasto apanhado sobre a oralidade e a escrita, trazendo percepções e estudos de diversos autores, que destacam momentos distintos da história da humanidade, nos quais a relação entre oralidade e escrita poderia ser resumida em três fases. A primeira é caracterizada por uma grande distância entre a oralidade e a escrita, já que somente um pequeno grupo de pessoas, naquele momento, tinha acesso à alfabetização. Considerado ser o impresso a primeira grande mídia da história ocidental por alguns autores, a escrita fora amplamente utilizada pela classe mais favorecida e pelo Estado, restando para a

população em geral a comunicação via tradições orais. Rodrigues (2012, p. 192) acrescenta que isso se deve ao fato de que “esmagadora maioria não experimentava os efeitos cognitivos e intelectuais da leitura. Porém, com a invenção de tipos móveis, o baixo custo dos livros coincide com a crescente alfabetização da população europeia, quando têm-se início grandes transformações culturais”.

Já a segunda fase caracteriza-se pelo registro da oralidade, momento este em que as comunicações orais passaram a ser transmitidas pela escrita, aproximando oralidade e escrita. Galvão e Batista (2006, p. 407) destacam que “com a industrialização, a urbanização, a emergência das camadas médias e a participação política, as diferenças entre linguagens cotidianas e as tradições literárias começaram a desaparecer”. Por fim, uma terceira fase entre a oralidade e a escrita caracteriza-se por um novo distanciamento entre essas formas de comunicação. Nessa fase, a escrita assume um papel burocratizado, associado à escola, e passa a desempenhar um papel importante na sistematização das novas formas de comunicação.

Galvão e Batista (2006, p. 408) acrescentam que “as culturas orais e as culturas letradas se diferenciam fundamentalmente na medida em que seus modos de transmissão e apropriação da linguagem são distintos”. Para o antropólogo francês Pierre Lévy (1993), o progresso alcançado pela humanidade relaciona-se diretamente ao fato de o homem falar, numa alusão à possibilidade de transferência da informação que se instala a partir desse evento. Lévy considera que a fala é uma das tecnologias da inteligência, sendo a escrita, a segunda, ampliando ainda mais a possibilidade de transferência, na medida em que é o primeiro registro dos atos e do pensamento do homem.

Ao refletir sobre oralidade e letramento no contexto da comunicação científica, Barreto (1998, p. 123) considera que a informação científica percorreu três estágios em seu fluxo, com mudanças estruturais do conhecimento, a saber: a comunicação oral das culturas tribais; a comunicação escrita da cultura tipográfica; e a comunicação cibernética da cultura eletrônica.

Nesse fluxo, lidamos com a oralidade, a escrita e a eletrônica. Walter Ong (1998), citado por Galvão e Batista (2006), relata que, por volta dos anos 1960 e 1970, acentuou-se um movimento em torno de estudos sobre as culturas da oralidade e da escrita e defende que, nos anos 1990, predominava a oralidade secundária pautada na era eletrônica.

Gleick (2013) considera ser a escrita uma tecnologia, e para tal, exige-se a premeditação e o domínio de certa arte. Ainda de acordo com o autor, “a escrita pareceu deslocar o conhecimento para longe da pessoa, ao guardar suas memórias num espaço de armazenamento. Também separou o orador do ouvinte, em muitos quilômetros”. Ainda segundo Gleick (2013), “o alfabeto foi uma tecnologia fundadora da informação. O telefone, o aparelho de fax, a

calculadora e, por fim, o computador são apenas as mais recentes inovações projetadas para armazenar, manipular e transmitir conhecimento”. Diversos símbolos e códigos foram experimentados e utilizados com o intuito do aperfeiçoamento e melhor disseminação possível. Gleick (2013) relata a existência da linguagem dos batuques através de tambores, que eram utilizados na África ancestral para transmissão da informação.

Os primeiros registros de uma imagem mental para uma mídia externa aconteceram na era paleolítica, quando imagens de animais e homens representavam o cotidiano de um povo. Há uma imensa complexidade desse estado de transmissão da informação até chegarmos à escrita conforme a conhecemos hoje. Segundo Messias (2005, p. 7), “a informação apresentava-se enquanto um termo complexo, de múltiplas acepções e carregado de abstrações”.

Para Capurro (2007), não deveríamos considerar o conceito de informação isoladamente, mas vê-lo em relação a outros conceitos, como, por exemplo, documentos e mídia, ou seja, independentemente de suporte ou meio de veiculação, a informação é essencial ao ser humano, em termos de aquisição do conhecimento em menor ou maior escala. Octaviano, Rey e Silva (1999, p. 176) destacam que a “informação é considerada a quinta necessidade do homem, precedida por ar, água, alimentação e abrigo. Inclui-se entre os recursos básicos da sociedade, juntamente com materiais, alimentos, energia, espaço vital e mão de obra”. Com o intuito de suprir essa necessidade e/ou recurso básico, a informação deverá ser o mais acessível quanto possível, a fim de atingir uma quantidade significativa dos consumidores de determinado produto, ou seja, a própria informação.

A informação pode ser entendida como o produto da união de dados que possuem relevância para um determinado público ou comunidade, podendo ser científica ou não. Segundo Wurman (1991, p. 138), informação “[...] é a matéria-prima que alimenta toda a comunicação, pois a motivação básica de qualquer comunicação está em transmitir, de uma mente para outra, algo que será recebido como informação nova”.

Nessa dicotomia entre a linguagem oral e escrita, transmissão do conhecimento e conceituação da informação, adentramos na invenção dos tipos móveis por Gutenberg, destacando a tecnologia que possibilitou a reprodução da informação em série e a explosão informacional evidenciada na atualidade. O desenvolvimento da imprensa no século XV representou um grande avanço em termos de disseminação da informação e do conhecimento produzido.

Para Barreto (1998, p. 123), “a tipografia terminou de vez com a cultura tribal e multiplicou as características da cultura escrita no tempo e no espaço. O homem passou a raciocinar de maneira linear, sequencial e alfabética, categorizando e classificando a

informação”. Para alguns autores, dentre eles Rodrigues (2012), a invenção de Gutenberg trouxe efeitos e alcances extraordinários, visto que muitos leitores perceberam as vantagens possibilitadas pela imprensa, como ampliação da capacidade de produção, velocidade, distribuição, uniformização de textos e menor custo. Ressalta-se, no entanto, que “a transição da forma manuscrita para a forma impressa não se deu instantaneamente. Noticiários manuscritos, principalmente quando se destinavam a um público reduzido, continuavam a ser produzidos durante todo o século XVII até meados do século XVIII” (MEADOWS, 1999, p. 5).

Antes da utilização da imprensa, a informação e o conhecimento eram reproduzidos de forma manuscrita, graças ao trabalho de escribas e monges copistas, respectivamente na Antiguidade e na Idade Média, inclusive muitos copistas instalaram-se no entorno das universidades europeias surgidas nesse período. Nessa forma de reprodução, a informação levava meses, se não anos, para ser reproduzida, e mais tempo ainda para ser disseminada. Para Rodrigues (2012, p. 196), “a impressão de caracteres tipográficos alfabéticos [...] assinalou uma ruptura psicológica. Ao transformar a escrita numa espécie de produto, foi a tipografia que introduziu pela primeira vez a ideia de ‘industrialização’ de uma mercadoria”.

O primeiro livro impresso por Gutenberg foi uma Bíblia que continha 42 linhas por página e data entre 1450 e 1455, tendo sido um grande feito na época. A partir de 1465, a Europa toda já possuía máquinas tipográficas capazes de reproduzir textos. Já o Novo Mundo conheceu a imprensa a partir de 1539, primeiramente na Cidade do México, e quase um século depois nos Estados Unidos da América.

3.2 CONTEXTUALIZANDO O BRASIL

Apenas em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa, o Brasil passa a conhecer e utilizar a tipografia, ou seja, mais de dois séculos após o aparecimento na América. No entanto, o uso da tipografia no Brasil ficou restrito à Impressão Régia, salvo tipografias clandestinas que surgiram, sobretudo, na luta pela Independência.

A divulgação científica intensificou-se no Brasil com a chegada da imprensa em 1808, passando a fazer parte da vida cotidiana de forma mais ativa. De acordo com Freitas (2006), “a compreensão dos caminhos da comunicação científica no Brasil acrescenta uma faceta à história da nossa ciência”. Tendo sido a atividade tipográfica absolutamente proibida no Brasil até 1808 – embora existisse de forma clandestina –, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em setembro de 1808, foi o primeiro documento de publicação periódica impresso no Brasil. Esta atuou na

divulgação de assuntos diversos, incluindo os científicos, assim como contribuindo para a realização de cursos, produção e venda de livros e textos científicos, o que representou o início das atividades da Impressão Régia (FREITAS, 2006).

Em se tratando de periódicos científicos, ou melhor, jornais literários veiculados no Brasil, segundo Freitas (2006, p. 55), *O Patriota*, fundado em 1813, foi “o primeiro periódico especialmente dedicado às ciências e às artes no país”, seguido por *O Guanabara* em 1850. Juntos, os dois foram os jornais que publicavam à época notícias científicas. Este último adquiriu *status* de periódico de divulgação científica ao promover uma mudança em seu perfil. Com periodicidade inicialmente mensal e abordando aspectos artísticos, científicos e literários, transformou-se, em 1857, na *Revista Brasileira – Jornal de Sciencias, Letras e Artes*, a qual passou a ser publicada trimestralmente (MASSARANI, 1998).

Nesse período da história, percebemos uma transformação na forma de consumo, possibilitada pela presença da tipografia, que libertou a população das restrições impostas por Portugal para a aquisição e a comercialização de informação científica e cultural que não fossem realizadas por meio da sua intermediação.

É possível constatar nos estudos de Freitas (2006) que os periódicos científicos de hoje no passado foram denominados “revista literária” ou “jornal literário”, quando na verdade o seu conteúdo era estritamente científico e especializado. A ciência e seus relatos foram introduzidos no Brasil “disfarçados” de periódico de miscelânea naquele período.

Para Freitas (2006, p. 56), “a falta de escolas não produzia público leitor, a falta de tipografia não produzia material de leitura e estudo e a falta de agremiações científicas e cursos superiores dificultavam a existência de produtores e de consumidores de ciência”. Uma nova identidade cultural surgiu com a chegada do prelo ao Brasil. A Impressão Régia, maior tipografia até 1821, imprimia os mais variados tipos de documentos, fossem estes de interesse do Reino ou de interesse público, chegando a publicar dezenas de livros de cunho cultural e literário, tornando-se uma grande editora da época.

Vários periódicos destinados à comunicação científica no período do Brasil Império tiveram vida curta, chegando a durar apenas um ano, a exemplo de *O Patriota*, vigente de 1813 a 1814. Esse fato deveu-se ao sistema educacional superior e científico em construção à época.

3.3 EVOLUÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E BASES DE DADOS

Considerando que a instituição universitária, como a conhecemos hoje e como já existia na Europa desde o século XI, somente se constituiu no Brasil a partir do século XX com a implantação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, observamos uma fragilidade na concepção de uma identidade científica nacional (CUNHA, 2007). Destaca-se, portanto, que antes desse período, no Brasil havia apenas cursos superiores isolados. Segundo Cunha (2007), a primeira instituição de ensino superior que vingou no Brasil com nome de universidade foi a do Rio de Janeiro, diante de inúmeras tentativas frustradas em outros estados.

Desde 1909, configuraram-se iniciativas de criação e manutenção da universidade, a exemplo dos estados de Manaus e de São Paulo. Porém, essas duas apresentaram uma vida curta para serem consideradas como as primeiras do Brasil. Apesar disso, acrescentamos que a primeira revista médica brasileira, estritamente voltada às publicações científicas e ligada a uma instituição de ensino, foi a *Gazeta Médica da Bahia*, tendo sido regularmente editada entre os anos de 1866 e 1934, com breves interrupções, porém com atuação e disponibilização até o ano de 2011.

Nesse contexto, os periódicos de agremiações científicas, que antecederam os periódicos científicos ligados a instituições universitárias, exerceram um importante papel na construção da identidade da publicação científica no Brasil. Algumas dessas agremiações foram:

1. A Sociedade Auxiliadora Nacional (1833 a 1892);
2. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 até hoje);
3. Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

Em se tratando do fluxo da informação em ciência e tecnologia, estudiosos destacam a reestruturação dessa influência às atividades científicas por meio de novas dinâmicas. A forma de consumo da informação mostra-se alterada não somente pelo meio ao qual está sendo adquirida, mas também como, em que tempo e espaço, esse consumo tem se configurado diante da avalanche de atividades desenvolvidas por um pesquisador na atualidade. Diferentemente das obrigações do professor/pesquisador no início das atividades científicas no Brasil, a rotina desse profissional atualmente exige cada vez mais respostas imediatas. O acúmulo de atividades que desempenham no campo do ensino e da pesquisa ultrapassa a fronteira entre as esferas pública e privada. A fragilidade desse distanciamento entre a vida pessoal e profissional, torna o tempo livre nos fins de semana como complemento dos dias laborais (BIANCHETTI; ZUIN; FERRAZ, 2018).

Acrescenta-se que não somente a produção e a disseminação da informação científica foram modificadas, mas também o seu consumo seguiu a tendência em rede. Como a produção do conhecimento tem-se utilizado de artifícios tecnológicos para compartilhamento de dados e informação, o seu consumo não se manteve restrito aos modos utilizados e concebidos outrora, como os modelos impressos de distribuição e de disseminação do conhecimento produzido. De acordo com Meadows (1999, p. 1), “a informação científica em forma impressa existe há muitos anos, mas uma análise dos produtos físicos – especialmente revistas e livros científicos – mostra que sua aparência passou, com o tempo, por notáveis transformações”.

A informação transpôs os limites das revistas científicas impressas e conquistou e se estabeleceu através de uma rede mundial de computadores, inicialmente como forma alternativa às mesmas revistas impressas, mas, posteriormente, como a única forma de distribuição, ou seja, exclusivamente em formato eletrônico no caso de alguns títulos, possibilitado pelo MAA, através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer). A jornada até esse cenário atual foi longa e de muita persistência dentro da comunidade científica. Os fatores que desencadearam tal quebra de paradigma configuram-se nos altos custos de acesso aos periódicos científicos, monopolizados por grandes conglomerados de editoras que detinham os poderes de publicação e distribuição da informação produzida. Para Meirelles (2009, p. 23), “o papel de destaque do periódico científico [...] fez com que este canal contribuísse, de forma significativa, para as mudanças do sistema de comunicação científica ao longo dos anos, adquirindo e absorvendo funções e características marcantes e bem peculiares”. O autor ainda caracteriza o periódico científico de modo a considerá-lo um dos principais canais de disseminação da ciência, de cunho formal e tendo como função a legitimação da autoria das descobertas científicas, ou seja, meio este utilizado pelos pesquisadores para publicização dos estudos realizados. Meadows (1999, p. 166) corrobora esse entendimento ao discorrer que “os artigos de periódicos sujeitos à avaliação e os livros científicos ainda são considerados como as publicações definitivas dos resultados de projetos de pesquisa. São, por conseguinte, os itens preferencialmente mais lidos e citados pelos colegas”.

Os artigos de periódicos científicos eram indexados em documentos terciários, em ferramentas bibliográficas especializadas, tais como guias de periódicos, catálogos coletivos, índices de resumos, dentre outros, que compilavam as produções científicas por área de estudo em imensos livros que continham informações sobre o artigo, do tipo sumário, resumos e descritores, sendo necessário, portanto, que a aquisição de um artigo específico acontecesse com o intermédio de um profissional especializado, ou seja, de um bibliotecário.

A forma de consumo da informação científica, que outrora ocorria de modo informal, através de cartas trocadas entre pesquisadores constituídos em colégios invisíveis, com o passar do tempo, ampliou o seu modo de divulgação. A informação passou a ser consumida através dos meios de canais formais de comunicação, a exemplo de livros, mas que, ainda assim, não atendiam a uma urgência e necessidade de maior celeridade na divulgação das descobertas. Para Meadows (1999, p. 2), “[...] o meio disponível e a natureza da comunidade científica afetam não só a forma como a informação é apresentada, mas também a quantidade de informações em circulação”.

Nesse contexto é que as editoras identificaram um nicho promissor de negócio e introduziram-se no mundo científico com o intuito de controlar esse mercado informacional, monopolizando o acesso, a publicação e a disponibilização do conhecimento produzido. Com essas editoras, surgem grandes bases de dados, com a missão de reunir e disponibilizar de modo comercial o conteúdo constante desses periódicos editados comercialmente. Donato (2018, p. 7) acrescenta que “indexar em bases de dados uma revista científica é primordial para realçar a sua qualidade, atrair audiência e aumentar a visibilidade”. Em busca desses atributos, muitos pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa submetiam-se e submetem-se a essas editoras e bases de dados comerciais.

As TIC possibilitaram que o periódico científico pudesse ser reformulado. Em um primeiro momento, muitos daqueles que se apresentavam de forma impressa, perceberam na tecnologia uma possibilidade maior de visibilidade, e passaram a adotar procedimentos de disponibilização de uma versão digitalizada de seus volumes na rede mundial de computadores. A partir dos anos 1990, as editoras identificaram a possibilidade de disponibilização de suas publicações em formato digital, segundo Meirelles (2009, p. 35), “como forma de disseminar o seu conteúdo de modo mais rápido e abrangente. Essas condições provocaram mudanças significativas na editoração e disseminação das informações, que ganharam impulso com a ampliação do uso de bases de dados e portais de acesso na web”.

Para comportar o vertiginoso número de periódicos e artigos que surgiram a partir da interação com a tecnologia, algumas iniciativas, como bases de dados e portais, foram fundamentais para a organização, a disseminação e o compartilhamento do volume de informações produzidas, de interesse comum para membros de um determinado campo de estudo. Mais uma vez, identifica-se um processo de mudança, que altera formas e padrões, antes mais difíceis e exaustivos, ou seja, por meio da busca em catálogos físicos em bibliotecas, que por vezes poderiam não apresentar as melhores climatização e iluminação e interesse por parte do profissional adequado a prestar as orientações necessárias para a busca.

No Brasil, a implantação da primeira biblioteca eletrônica ocorrida em 1998, a SciELO, reunia uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros, otimizando e muito o tempo de quem busca informação e dando visibilidade aos pesquisadores. Outra iniciativa brasileira de excelente impacto no meio acadêmico e científico foi a criação do Portal de Periódicos da Capes nos anos 2000. Com uma filosofia de suma importância para a pesquisa brasileira, passou a disponibilizar gratuitamente para pesquisadores ligados a universidades e centros de pesquisa conveniados enorme e vasta possibilidade de periódicos nacionais e internacionais, alterando de forma efetiva o modo de se fazer pesquisa. No caso do Portal de Periódicos da Capes, sabe-se que altos investimentos são realizados para essa disponibilização, uma vez que a maioria das empresas editoras desses periódicos é comercial.

As bases de dados de fato exercem um papel fundamental no que concerne à comunicação científica mundial: agregam valor ao pesquisador e consolidam a pesquisa, ao reunir e compilar os mais variados temas de uma área. O que talvez esteja equivocado é a inversão de valores frente aos pesquisadores, produtores do conhecimento e da informação científica, tornando-os reféns do sistema editorial e do modelo de negócio adotado. A informação deve ser livre para todos. Independentemente de suas possibilidades monetárias, o conhecimento é direito de todo o cidadão em um estado democrático. Esse é o pensamento que desencadeia o MAA.

3.4 MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO (MAA): DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

O MAA surge da iniciativa de alguns pesquisadores na década de 1990 de possibilitar o acesso às pesquisas desenvolvidas através de um arquivo aberto eletrônico, conhecido como Arxiv. Essa ideia concretizada por Paul Ginsparg foi fruto da insatisfação e do descontentamento da comunidade científica, mais especificamente da área da física, a qual, para trocar experiências, comunicar seus estudos e difundir o conhecimento adquirido, viu-se refém das editoras científicas. Naquela época, as editoras já dominavam um vasto mercado produtor de conhecimento e necessitavam constantemente se retroalimentar, consumir e adquirir cada vez mais as informações que circulavam em diversas partes do mundo. Foi identificado um mercado promissor, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando, conseqüentemente, os países dependiam do auxílio da ciência para expandir as tecnologias, se recuperar e avançarem economicamente.

Nesse cenário que os fundadores das respeitadas editoras científicas Springer e Nature, que compactuaram uma fusão em 2015, visionaram um nicho em crescimento e investiram na consolidação do mercado consumidor da informação científica, a altos custos para os pesquisadores, instituições acadêmicas e de pesquisa, configurando em um oligopólio informacional da época.

No instante em que pesquisadores perceberam a importância que tinham no contexto científico, floresceram a semente da insatisfação e o anseio de uma nova concepção para comunicação científica. Os cientistas deram-se conta de que, mesmo sendo eles os produtores do conhecimento, estavam submissos aos desmandos das editoras, que se utilizavam de informações por muitas vezes fornecidas gratuitamente em troca de prestígio e visibilidade e devolviam-nas à sociedade e a esses mesmos cientistas o seu próprio produto e de outros pares a custos elevados.

A partir dessa constatação, as reais facetas das editoras científicas foram questionadas pelos pesquisadores. Nesse contexto, inicia-se um movimento em prol do acesso irrestrito à informação científica, o qual possibilitaria a democratização e o compartilhamento de um bem considerado essencial ao desenvolvimento e ascensão de uma nação. Democratização, na definição de Bobbio (1987, p. 155), é “[...] entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo”. Sendo os pesquisadores os mais interessados na distribuição, disseminação e visibilidade de seus estudos, estes passaram a lutar a favor de uma maior participação na comunicação de seus feitos.

Outro fator decisivo ao MAA foi a adesão das instituições, que ao enfrentarem grandes crises econômicas, precisavam buscar alternativas para continuarem a oferecer os seus serviços com qualidade e segurança, levando à chamada “Crise dos Periódicos”, a qual vivenciaram as bibliotecas universitárias e suas mantenedoras. Segundo Camargo Júnior (2012, p. 1092, grifo do autor), “a definição de acesso aberto pleno (*full open access*) requer o entendimento concomitante de três condições: fácil acesso *online*; disponível para qualquer pessoa sem custo; disponível para usos adicionais sem restrições, exceto a atribuição à fonte”. Essa definição de acesso aberto ameaça diretamente a indústria editorial e o enfretamento é irreversível.

O MAA apresenta-se mais consolidado ao passo que as instituições de ensino e pesquisa se juntam aos desbravadores dessa ação, os cientistas, e emitem documentos declaratórios de intenção e participação no novo modelo de compartilhamento de informações científicas. A mais decisiva dessas declarações foi a *Declaração de Budapeste*, originada na reunião de criação da Budapest Open Access Initiative (Boai), em fevereiro de 2002, que objetivou analisar

as iniciativas de acesso aberto, que se configuravam isoladamente e propor um trabalho em conjunto com a perspectiva de fortalecimento do movimento, considerada como um marco no MAA.

Na *Declaração de Budapeste*, foram recomendadas duas estratégias que seriam utilizadas no movimento: o autoarquivamento, conhecida como a via verde, e o acesso aberto aos periódicos, conhecida como a via dourada, que foi possibilitada pelo Seer⁸ no Brasil, por meio de uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que traduziu e customizou o Open Journal Systems (OJS), *software* de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP), da University of British Columbia.

Contudo, o evento que desencadeou o ideário do MAA foi a Convenção de Santa Fé, ocorrida em 1999, no Novo México. Este possibilitou delinear os objetivos e os caminhos para a construção de um novo paradigma na comunicação científica, assegurado pelas novas TIC e pelo uso da rede mundial de computadores.

Para Rosa (2011, p. 120), “a conexão do mundo através de redes, caracterizada pelo acesso à informação, em tempo real e de forma global, impõe-se graças às TIC, nascidas em ambiente militar e desenvolvidas em ambiente acadêmico na busca pela democratização do saber”. Podemos constatar a clara e real intenção proposta pelo MAA, ou seja, a abertura do acesso para democratizar e incentivar futuras gerações ao desenvolvimento da ciência.

No Brasil, o MAA tem sido difundido pelo Ibict, que tem o caráter de promover ações ligadas à informação em ciência e tecnologia, e que, nesse sentido, manifestou-se publicamente ao movimento ao lançar o *Manifesto do Acesso Aberto* em 2005. O Ibict tem desempenhado importante papel na consolidação do acesso aberto no Brasil, ao interagir com as instituições de ensino e de pesquisa, disseminando os conceitos do movimento, e, ao mesmo tempo, buscando fomentar a concretização das estratégias propostas por esse movimento a fim de inserir o país no rol das nações conscientes de seu papel no âmbito da ciência e da tecnologia, possibilitando condições de trabalho economicamente mais democráticas e efetivas aos pesquisadores.

O Ibict tem estendido grandes esforços na propagação dos conceitos do acesso aberto e na estimulação do seu crescimento, a exemplo do incentivo dado na implantação de repositórios institucionais e na criação de periódicos eletrônicos, contemplando assim as duas estratégias do MAA: a via verde e dourada, respectivamente.

⁸ Informações obtidas em agosto de 2018. Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer/historico>.

É notório que o MAA veio agregar valor e reconhecimento ao pesquisador, mas por outro lado, os consumidores da informação científica na atualidade necessitam ficar ainda mais atentos, pois ao passo que os conteúdos tendem a serem disponibilizados em acesso aberto, outros fatores negativos se configuram neste cenário, com o surgimento de periódicos predatórios, que oferecem rápida publicação e poucas exigências investigatórias e de avaliação, contanto que se disponha ao pagamento de uma taxa de publicação, também conhecida como Article Processing Charges (APC), ou Taxa de Processamento de Artigos.

Segundo Donato (2018, p. 7), “as editoras e revistas predatórias são um constrangimento ao modelo genuíno de acesso livre. Embora reivindicando o acesso livre, estas revistas raramente são indexadas em bases de dados relevantes e não estão registradas no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ)”⁹

Nesse contexto do MAA, é evidente a contribuição da SciELO no panorama atual de acesso à informação ao disponibilizar, de forma gratuita em sua plataforma, cerca de 1.285 periódicos ativos, 52.356 fascículos e aproximadamente 745.182 artigos, compreendendo as mais diversas áreas do conhecimento e abrangendo diversos países da Iberoamérica.¹⁰ Já o diferencial do Portal de Periódicos da Capes é a disponibilização de aproximadamente 258 bases de dados, dentre elas a Web of Science, que possibilita consultar referências e resumos em todas as áreas do conhecimento, com uma cobertura de cerca de 12 mil periódicos.¹¹

3.5 CONSIDERAÇÕES

A revisão de literatura proposta neste capítulo permitiu refletir sobre o processo de transformação no que tange o consumo da informação, considerada recurso básico para inserção social, e identificar como o avanço da tecnologia contribuiu para uma maior oferta de produtos informacionais no aspecto científico. As TIC têm um papel fundamental na democratização do conhecimento, ao possibilitarem redução das distâncias e, conseqüentemente, a aproximação de indivíduos com interesses comuns, contribuindo para uma maior cooperação entre os cientistas e transformando de modo irreversível as formas de consumo da informação.

Os caminhos percorridos no processo de aperfeiçoamento dos modos de aquisição do conhecimento, desde os primórdios da civilização aos dias atuais, possibilitaram explorar o

⁹ Diretório *on-line* que indexa e fornece acesso a revistas em *open access* de grande qualidade.

¹⁰ Dados obtidos em agosto de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

¹¹ Dados obtidos no Portal de Periódicos da Capes em agosto de 2018. Disponível em: http://www-periodicos-capes-gov-br.ez10.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81.

comportamento da sociedade em períodos específicos na transição ocorrida entre a oralidade e a escrita, assim como a entender os motivos que levaram a comunidade científica a se manifestar contrariamente à indústria editorial. Dados observados nesta revisão, principalmente através do Directory of Open Access Journals (Doaj), revelaram um aumento exponencial nos veículos de comunicação científica oferecidos em acesso aberto e que adotaram uma das suas estratégias, aquela denominada via dourada, que sugere a criação de periódicos eletrônicos para a comunicação científica em acesso livre.

Outro dado evidenciado no estudo diz respeito ao papel fundamental das instituições brasileiras que apoiam a ciência e que procuram incentivar e fomentar o aumento ao consumo da informação científica ao disponibilizar gratuitamente periódicos científicos e dispor de bases de dados nacionais e internacionais, mais especificamente a SciELO e o Portal de Periódicos da Capes, além das inúmeras contribuições do Ibict, parceiro incondicional da ciência no Brasil.

Por fim, considerou-se de grande importância a utilização da tecnologia no que concerne à comunicação científica e à aproximação entre os produtores e consumidores da informação, tendo o mínimo de intermediação possível. Porém, há que se fazer uma ressalva: é necessário estar atento e vigilante quanto ao mau uso da liberdade oferecida por essa tecnologia, que é benéfica, porém um tanto maliciosa em aspectos que envolvem segurança e ética. A informação é um insumo básico ao desenvolvimento, democratizar o seu acesso é mais do que natural. Contudo, produção e consumo devem ser realizados de forma responsável e consciente.

4 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA: LEVANTAMENTO DA ÁREA I

O advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), iniciado a partir dos anos 1990, alterou o ciclo da comunicação científica, sobretudo a divulgação e disseminação do conhecimento em âmbito mundial, e fez surgir os Repositórios Institucionais (RI), que possibilitam o armazenamento e preservação da produção científica das universidades e centros de pesquisas, no contexto do movimento mundial em prol do acesso aberto, como uma resposta às políticas praticadas pelas editoras de periódicos científicos e os altos preços cobrados pelas assinaturas.

A comunicação científica passou por uma profunda transformação, se comparada com o período que antecedeu a chegada da internet e da *www*. A pesquisa científica era restrita, na maioria das vezes, aos seus pares em âmbito local. Com a possibilidade de utilização de diversos outros canais de comunicação – tais como: revistas eletrônicas, *blogs*, anais eletrônicos –, a pesquisa científica ampliou o seu alcance e pôde ser compartilhada de modo mais rápido e eficaz, conforme nos relata Meadows (1999). Segundo o autor, “[...] A comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica.” (MEADOWS, 1999, p. vii). Ora, se a comunicação é parte integrante da pesquisa científica, visto que, sem comunicação, inclusive entre os pares, não há pesquisa, nada mais coerente que a utilização de novos processos de comunicação para agilizar e facilitar essa troca de informações e geração de novos conhecimentos.

Há uma corrente de pesquisadores, muitos deles apresentados por Targino (2014), que defende a teoria de que a notícia científica esteja presente nos meios de comunicação, levando conhecimento científico ao grande público, como forma de combater o analfabetismo científico, que, de acordo com a autora, é a “Impossibilidade de acesso ou dificuldade de assimilar as informações e os conhecimentos disponíveis.” (TARGINO, 2014, p. 15). A divulgação científica – que difere da comunicação científica no que tange o público-alvo, haja vista que a primeira atinge a comunidade externa, sociedade no geral, grande público; enquanto a segunda é destinada aos pares e detentores de conhecimento prévio sobre a ciência e tecnologia – visa atender esse objetivo. Bueno (2010, p. 1) acrescenta que “A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica”.

Considerando o fato de estarmos vivenciando um momento em que a sociedade necessita visualizar os resultados de todo o investimento aplicado nas ciências e tecnologias, a

fim de se certificar que os esforços empregados para manutenção das instituições de pesquisa estão sendo positivos, o livre acesso às informações, aos dados e ao conhecimento produzido está em grande evidência. Diante disso, não há como permitir que os resultados de pesquisas permaneçam em acesso restrito, pois os investimentos públicos são os maiores financiadores dessas pesquisas que geram um conhecimento, e este deve ser da coletividade.

Nesse contexto, evidenciamos uma profunda crise dos periódicos científicos, que são os maiores veículos de comunicação científica, distribuídos por editoras detentoras dos direitos de publicação e circulação de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, portanto, possuem plenos poderes na disseminação desta informação. As editoras passaram a cobrar valores exorbitantes pelas suas assinaturas, o que gerou forte descontentamento por parte dos autores e de algumas instituições que necessitavam de suas assinaturas para disponibilizar aos seus usuários os dados mais atualizados de determinada área, visto ser o periódico o suporte mais rápido e eficaz de propagação das atualidades na área científica (CAMARGO JÚNIOR, 2012). Desse modo, efetivou-se entre cientistas americanos da área de física a disseminação de suas produções em acesso aberto, sendo os RI o local de disponibilização.

Na atualidade, os RI vêm crescendo e ampliando a sua inserção no fluxo da comunicação científica, no entanto ainda há questões que precisam ser repensadas para que de fato eles cumpram com o seu importante papel. Nesse cenário, o Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI-UFBA), que em setembro completou oito anos de sua implantação, será o objeto de estudo desta pesquisa, que se propõe a trazer novos contributos e reflexões.

4.1 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Com o descontentamento das instituições universitárias e da comunidade científica a respeito das frequentes altas nos custos dos periódicos, a exemplo dos pesquisadores da área de física nos Estados Unidos, muitas ações foram evidenciadas, a exemplo do arquivo de impressão eletrônica Los Alamos, criado por Paul Ginsparg, o arXiv.org, que se tornou um importante meio de comunicação entre os pesquisadores da área de Física. Contudo, foi com a Convenção de Santa Fé, realizada em 21 de outubro de 1999, no Novo México, que o escopo do acesso aberto foi se definindo. Nesse encontro, foi possível reunir representantes de diversas instituições favoráveis ao acesso aberto e dispostos a tornar essa ideia uma realidade. Para Costa e Leite (2016, p. 4), “Acesso aberto representa a disponibilização livre e irrestrita das publicações científicas, em textos completos, por meio da internet”.

A partir dessa intenção concretizada através da Convenção de Santa Fé, outras manifestações de apoio ao novo paradigma na comunicação científica, o acesso aberto, foram se incorporando ao movimento, dentre elas a Budapeste Open Access Initiative (Boai),¹² conforme relata Silva e Alcará (2009, p. 101):

Foi criada em fevereiro de 2002, a partir da reunião promovida pelo Open Society Institute (OSI), da Soro Foundation, com o propósito de analisar como as iniciativas isoladas poderiam trabalhar conjuntamente e como o OSI e as demais fundações poderiam utilizar de forma mais efetiva seus recursos para contribuir com o acesso aberto.

Essa reunião gerou uma declaração, considerada um documento marco no Movimento de Acesso Aberto (MAA), que recomenda duas estratégias para alavancá-lo, são elas: o autoarquivamento e acesso aberto aos periódicos. Essas estratégias se tornariam posteriormente conhecidas como: via verde e via dourado, respectivamente. A primeira trata da publicação em RI de trabalhos científicos; e a segunda atinge diretamente os periódicos científicos, sugerindo alterações na disponibilização dos conteúdos por eles gerenciados, a fim de que este conteúdo seja pelo menos em partes disponibilizado em formato de acesso aberto. Além do mais, Costa e Leite (2016, p. 4) ressaltam que “a expressão *Open Access (OA)* foi utilizada pela primeira vez para este propósito pela *BOAI*”.

Ademais, diversas declarações de órgãos e países foram enriquecendo esse movimento de livre acesso, mas de acordo com Silva e Alcará (2009, p. 104):

A iniciativa de maior visibilidade nos Estados Unidos foi a definição e o estabelecimento formal de uma política governamental de obrigatoriedade de depósito no repositório de acesso aberto, PubMed Central (PMC), de todo resultado de pesquisa financiada pelo National Institute of Health (NIH) [...], o Congresso Americano solicitou que o NIH desenvolvesse uma política e obrigatoriedade de depósito em repositório de acesso aberto.

Nesse cenário e com a ampliação do Movimento para o Livre Acesso, ele propagou-se no Brasil através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), como instituição pioneira e grande incentivadora de fomento, tendo como seu marco o lançamento do *Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira* em 2005. Identificamos, nos estudos realizados por Costa e Leite (2006a), que os debates sobre o acesso livre à informação científica têm acontecido com grande frequência por diversos países, a exemplo do que ocorreu no Reino Unido, onde o Parlamento cedeu à pressão e foi levado a legislar sobre o tema do

¹² Declaração disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=https%3A%2F%2Fwww.budapestopenaccessinitiative.org%2Fread>. Acesso em: 14 out. 2018.

acesso aberto, propondo que agências de fomento regulamentassem a matéria, que as universidades as implementassem e que as editoras considerassem a mudança nas suas políticas de distribuição, ocasionando em uma mudança de paradigmas para os pesquisadores.

Esse contexto favoreceu o nascimento do RI-UFBA, institucionalizado através da Portaria nº 024/2010,¹³ emitida pelo então reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho, em 7 de janeiro 2010.

A implantação do RI-UFBA é fruto de grandes esforços por parte da equipe técnica e das instâncias administrativas da universidade, processo também desencadeado através dos estudos realizados por Rosa (2011) em sua tese de doutorado.¹⁴ A autora destaca, em seus relatos, que um dos principais desafios das instituições acadêmicas que produzem conhecimento é disponibilizar de modo eficiente suas pesquisas. O meio digital possibilitou ampliar a disseminação dessa produção científica através da rede mundial de computadores, e maximizar o acesso e a visibilidade, ainda que dispersa. Desse modo, os repositórios digitais surgem como alternativa de consolidação de diversos tipos de produção científica, artística e cultural, em formatos mais variados possíveis, tais como: textos, sons e imagens, contribuindo para o armazenamento, preservação e democratização do conhecimento da instituição. A autora finaliza esse pensamento com uma reflexão de que espera que a universidade cumpra sua função de ao tempo que produz conhecimento, também comunicar e divulgar, ao passo que se trata de formas contrárias e divergentes ao que tange ao público-alvo.

Diante do exposto, surge a preocupação e o intuito de analisar, após oito anos da sua implantação, o desenvolvimento do RI-UFBA, através da adesão dos cursos da Área I – Ciências Físicas, Matemáticas e Tecnologias –, e verificar os programas que possuem o maior índice de inserção de documentos em suas subcomunidades e se o autoarquivamento da produção científica no RI tem contribuído para potencializar a visibilidade das pesquisas realizadas. Além disso, pretendemos propor recomendações a partir das melhores práticas adotadas por outros RI, para ampliar a conscientização da comunidade acadêmica para a tendência mundial e democrática, permitida pela adesão ao MAA.

Nesse sentido, o nosso questionamento acerca do tema é: como vem ocorrendo a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica dos cursos de pós-graduação da Área I, no período de 2010 a 2018 no RI da UFBA?

¹³ Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

¹⁴ Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3031/1/Tese%20Flavia.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

4.2 REPOSITÓRIO UFBA

Os repositórios cumprem um importante papel no contexto da comunicação científica e o novo fluxo surgido a partir do advento da internet, por disseminar e preservar a produção das instituições de ensino superior e centros de pesquisa.

O levantamento realizado em setembro de 2018¹⁵ permitiu identificar 77 instituições que possuem repositórios e participam do Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISBR), dos quais 90% são Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e os outros 10% de instituições de pesquisa no geral. Diante desse cenário e do seu recente nascimento ou implantação, torna-se necessário uma avaliação do comportamento dos agentes inseridos nessa nova concepção de comunicação e/ou divulgação científica, delimitado na pesquisa, pelos cursos/Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área I da UFBA.

A escolha da Área I da UFBA se deve ao fato de, segundo pesquisas realizadas por Gomes (2017), demonstrar que essa área é a segunda maior em termos de inserção de documentos no RI-UFBA, ficando atrás da área de saúde, que é a primeira colocada em termos de número de inserção. Os dados da Superintendência Acadêmica da UFBA evidenciam que ambas as áreas possuem a mesma quantidade de cursos, 39 cursos cada área,¹⁶ fato que justifica a importância da investigação. Outro fato que nos leva a analisar a Área I é por se tratar de uma área estratégica, nas Ciências e Tecnologias, e subsidiar diversos outros cursos dentro da universidade, visto que todos os eles são atendidos pela Área I, pelo menos em uma disciplina.

Algumas áreas do conhecimento possuem maior consciência no que tange à importância da disseminação da produção científica, como discorrem Costa e Leite (2006a), citando estudos realizados por Antelman (2004), nos quais é destacada a divisão das disciplinas, com o intuito de identificar o impacto das suas citações em ambientes digitais *versus* material impresso. Ainda segundo os autores, o estudo das disciplinas no campo científico é um ponto essencial em qualquer discussão que envolva a comunicação científica, visto a relação do estágio de cada disciplina na adoção do acesso aberto. É nesse contexto que pretendemos identificar na UFBA, através do seu RI, os cursos da Área I com ampla inserção de documentos e contribuição para o povoamento das subcomunidades, e ainda se são esses os cursos com maior visibilidade e conceito no cenário nacional, de acordo com a nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

¹⁵ Dados coletados em setembro de 2018. Disponível em: <http://oasisbr.ibict.br/vufind/#>.

¹⁶ Dados extraídos em setembro de 2018. Disponível em: <https://supac.ufba.br/pos-graduacao-20191-area-I>.

Autores como Vianna e Carvalho (2013, p. 13) nos fazem refletir sobre a necessidade de avaliação ininterrupta dos RI, objetivando alavancar e aprimorar o seu alcance:

Os RIs são ferramentas relativamente novas, em desenvolvimento e em constante mudança e a percepção de seus resultados positivos ainda é pequeno por parte dos usuários. Como ferramenta em desenvolvimento ela necessita de avaliações constantes e uma integração entre os profissionais da área da Ciência da Informação e o pessoal de TI, bem como com os seus usuários.

O RI-UFBA possui na atualidade aproximadamente 25 mil¹⁷ documentos disponíveis em acesso aberto. Essa quantidade de documentos depositados não reflete a realidade da instituição quanto a sua produção científica, cultural e artística, visto ser a UFBA a primeira Ifes no estado da Bahia, com 70 anos de tradição, conseqüentemente, muitos destes dedicados à pesquisa e à produção acadêmica. Desse modo, é importante investigarmos os fatores que podem potencializar a inserção e a divulgação do que é produzido na universidade, apresentando para a sociedade a importância da instituição universitária mais antiga do estado da Bahia, para que esta identifique, perceba e obtenha o retorno do investimento de recursos públicos na produção da pesquisa científica.

O procedimento mais indicado para disponibilização dos documentos na concepção do acesso aberto, inclusive definido pela Convenção de Santa Fé como um dos princípios básicos dessa filosofia e corroborado pela Boai, é o autoarquivamento. De acordo com Triska e Café (2001, p. 93):

O autoarquivamento refere-se ao direito de o próprio autor enviar o seu texto para publicação sem intermédio de terceiros. Trata-se de um conceito inovador cujos objetivos são tornar o texto disponível o mais rápido possível e favorecer o acesso democrático e gratuito das publicações eletrônicas, enfraquecendo o monopólio das grandes editoras científicas que até recentemente detinham em seu poder os direitos de publicação.

4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o cumprimento dos objetivos propostos, o percurso metodológico teve início com o levantamento da bibliografia, referente ao contexto da problemática, confrontando os mais diferentes autores que tratam de implantação e manutenção dos RI, das universidades brasileiras, pretendendo extrair experiências das políticas de povoamento adotadas, para adequação à realidade da nossa instituição.

¹⁷ Dados coletados em setembro de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/community-list>.

Relatos de implantação de RI em diferentes universidades têm contribuído na pesquisa. Nesse tocante, nos beneficiamos das diretrizes apontadas por outros autores, a exemplo de Leite (2006), e podemos adaptá-las à nossa realidade. O autor trata da temática da gestão do conhecimento e enfatiza os repositórios como um canal no processo de mudança da comunicação científica e o livre acesso à informação, sendo assim, utilizarão também os seus diversos artigos produzidos na área, em parceria com sua orientadora Sely Maria de Souza Costa.

Nesse sentido, os estudos realizados por pesquisadores colaboram para ampliar a compreensão do objeto, a partir da literatura produzida. Santos (2012, p. 90) ressalta que: “Revisar significa retomar os discursos de outros pesquisadores e estudiosos não apenas para reconhecê-los, mas também para interagir com eles por meio de análise e categorização a fim de evidenciar a relevância da pesquisa a ser realizada”.

O objetivo do estudo concentra-se em analisarmos a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica nos cursos de pós-graduação da Área I entre 2010 e 2018. De modo específico, buscamos avaliar os documentos oficiais normativos para manutenção do RI, identificar o tipo de produção inserida e investigar os critérios utilizados pelas PPG para inserção da produção no RI.

Para atender aos objetivos propostos, utilizaremos uma metodologia de natureza aplicada, realizando o levantamento bibliográfico referente ao contexto da problemática, tendo a pesquisa bibliográfica como procedimento, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados, a observação do objeto de estudo, ou seja, das comunidades dos PPG no RI, e aplicação de questionários aos coordenadores de cursos *stricto sensu* da Área I. Desse modo, pretendemos obter resultados que retratem a realidade dos programas, quanto à sua produção científica e visibilidade no cenário nacional.

Considerando que os PPG da Área I é o objeto de estudo nesta pesquisa, temos levantado dados e informações sobre o nível de conhecimento dessa ferramenta, o modo como vem sendo utilizada e as políticas para utilização do RI-UFBA. O tripé da existência de um RI consiste na coleta, disseminação e preservação da produção científica da instituição. Para tanto, é de suma importância que documentos oficiais sejam normatizados, a fim de obter uma segurança e uniformização dos procedimentos que serão adotados pela comunidade.

Nessa direção, o Diretório de Repositórios de Acesso Aberto (Opendoar) sugere a elaboração de algumas políticas que contemplem cada um dos pontos do tripé mencionado,

sendo essas: a Política de Submissão, Política de Dados e a Política de Preservação.¹⁸ Para essa última, Silva Júnior (2017) nos apresenta uma crítica veemente quanto ao fato das universidades federais brasileiras que possuem RI, no total de 38 Ifes, não disponibilizarem uma política de preservação digital para documentos sob sua responsabilidade no âmbito institucional. Silva Júnior (2017, p. 19), ao tratar da questão, ressalta que “A preservação digital é o conjunto de ações e intervenções requeridas para garantir o acesso (contínuo e confiável) aos objetos digitais autênticos, ao longo do tempo em que forem considerados válidos”. Em razão disso, a análise da existência de documentos que normatizem a coleta, a disseminação e a preservação dos documentos no RI-UFBA será realizada e pontuada.

A pesquisa tem natureza aplicada, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), “Caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

A pesquisa tem como objetivo uma análise exploratória do problema e levantamento bibliográfico, tendo como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário aos Coordenadores dos PPG *stricto sensu* da UFBA da Área I, nosso objeto de estudos.

O universo da pesquisa consiste nos 39 cursos de pós-graduação da Área I UFBA – Ciências Físicas, Matemáticas e Tecnologia, segunda maior área com disponibilização de conteúdo no RI da instituição. A pesquisa tem um cunho bibliográfico e de natureza aplicada, utilizando o questionário como instrumento de coleta de dados, com a intenção de identificarmos as medidas adotadas para fortalecer e incentivar a inserção da produção no RI-UFBA, contribuindo para a ampliação do acesso aberto a produção científica oriunda dessa instituição.

A pesquisa encontra-se em fase de recebimento de respostas ao questionário, enviado a 27 coordenadores de PPG, posto que o programa pode ter até dois cursos, mestrado e doutorado, e ser representado pela mesma coordenação. O questionário é composto de 11 perguntas fechadas e 1 pergunta aberta, que contempla a questão dos critérios adotados pelos programas para a inserção de documentos no RI-UFBA.

4.4 RESULTADOS PARCIAIS

A pesquisa está em estágio intermediário, momento em que, através das respostas fornecidas pelos questionários aplicados aos coordenadores, podemos observar uma

¹⁸ Dados coletados em outubro de 2018. Disponível em: <http://www.opendoar.org/tools/en/policies.php>.

predominância no tipo de documentos inseridos, das dissertações e teses, seguidas pelos artigos em periódicos, tendo um menor percentual de disponibilização os artigos apresentados em eventos. Verifica-se que é unânime a afirmação de que, caso o RI-UFBA tivesse uma comunicação com a Plataforma Sucupira da Capes ou até mesmo com o Currículo Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), facilitaria a inserção da produção acadêmica/científica da UFBA.

Outro ponto que possui quase a totalidade das respostas positiva é o fato da concordância de que o repositório tende a contribuir na visibilidade do programa frente ao cenário nacional, logo, percebemos uma inclinação favorável à sua utilização. O que torna essa premissa impossibilitada, diante da resposta recebidas, é talvez a comunicação ineficiente sobre o RI-UFBA e suas vantagens no meio acadêmico e científico. Identifica-se que não há uma política institucionalizada para a adesão ao repositório, logo, os programas não a possui de forma regimental.

O levantamento através da observação sistemática das comunidades no RI-UFBA vem sendo realizado de modo a sintetizar as informações prestadas pelos coordenadores, com o intuito de verificarmos a confiabilidades das respostas fornecidas, portanto, essa etapa tende a ser mais exaustiva no que tange a compilação dos dados.

4.5 CONSIDERAÇÕES

A pesquisa tem caminhando de forma satisfatória diante do que foi proposto. O questionário, que serve de base para a coleta de dados, tem sido respondido de modo que se têm identificado os entraves para uma comunicação efetiva no repositório, o que nos proporciona mensurar uma fase posterior de atuação.

Levando-se em consideração que estamos pesquisando uma área que tende a ser mais rígida no que tange à disponibilização de conteúdo em acesso aberto, verificamos que há uma possibilidade de conscientização dos atores envolvidos, a fim de que possamos alavancar a disponibilização de conteúdo no repositório institucional da UFBA.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção visa discutir os resultados obtidos a partir dos dados levantados para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa. Em primeira instância, buscamos identificar a avaliação quadrienal 2014-2017 realizada pela Capes para cada curso, com o intuito de verificarmos a qualificação através da nota atribuída para esses cursos.

Em um segundo momento, e não menos importante, procuramos realizar uma observação sistemática das subcomunidades dos programas no RI-UFBA, associando as informações encontradas neste, ou seja, quantitativo de documentos inseridos por cada programa, com o levantamento dos discente concluídos, através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa), e a disponibilização das dissertações e teses no repositório, no período compreendido entre 2010 e 2018. Procuramos quantificar também outros tipos de documentos inseridos pelos programas no RI, tais como: artigos em eventos e em periódicos; capítulos de livros e outros.

Realizamos de forma mais detalhada e inserimos no Quadro 4 a verificação dos tipos de documentos inseridos no RI pelos programas, relacionados em: dissertações e/ou teses; artigos publicados em eventos; artigos publicados em periódicos; capítulos de livros; e outros.

Outro ponto de discussão contemplado nesta seção é a observação da existência de documentos normativos nos portais do programas, tendo como intenção detectarmos se estes mencionavam o repositório da UFBA; se e como orientavam a utilização do mesmo, seja como autor de produção científica e acadêmica ou como usuário que busca informação em acesso aberto, contribuindo, dessa forma, para publicizar e alavancar o conteúdo produzido na universidade como um todo, a partir de uma citação, por exemplo.

Por fim, realizamos o levantamento e a análise das respostas obtidas através do questionário que foi submetido aos coordenadores de curso dos PPG, tendo como proposta analisar o quão de compatível as declarações destes condizem com a realidade extraída das observações, tanto nos *sites* dos cursos quanto do RI.

5.1 OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA DAS COMUNIDADES DOS PROGRAMAS NO RI-UFBA

Ao iniciarmos esta subseção, procuramos relacionar as notas dos programas na avaliação da Capes, quadriênio 2014-2017, para os programas da Área I da UFBA. Essas informações estão dispostas no Quadro 1 de forma alfabética e no Gráfico 1 de forma

decrecente de nota. Os programas obtiveram notas que variam de 3 a 5. A nota 5 é considerada uma boa nota – a nota máxima nesta escala é 7 – para um PPG. Já a nota 3 inspira cuidados por parte da coordenação do programa, especialmente se o programa for apenas para o curso de doutorado, pois corre o risco de ser descredenciado na Capes. Ou seja: um programa que, ao iniciar suas atividades com nota 4, não apresente avaliação satisfatória, obtendo nota 3 em sua avaliação trienal, corre o risco de ser descredenciado; caso seja um programa que possui apenas o curso de mestrado, este não poderá oferecer o curso de doutorado até atingir a nota 4.¹⁹

Quadro 1 – Cursos da Área I: Ciências Físicas, Matemática e Tecnologias

Curso	Ano de início	Nível	Nota Capes
Arquitetura e Urbanismo	2013	Mestrado e doutorado	4
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre)	2010	Mestrado profissional	4
Ciência da Computação	2014	Mestrado e doutorado	4
Ciência da Computação – UFBA, UNIFACS, UEFS	2007	Doutorado	4
Ciência da Computação – UFBA, UEFS	2012-2014	Mestrado	Finalizado
Energia e Ambiente	2006	Doutorado	4
Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana	1997-2015	Mestrado	Finalizado
Engenharia Civil	1997	Mestrado e doutorado	4
Engenharia Elétrica	1994 (M) 2009 (D)	Mestrado e doutorado	4
Engenharia Industrial	2008	Mestrado e doutorado	5

¹⁹ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/16082018-PORTARIA-N-182-DE-14-DE-AGOSTO-DE-2018.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

Engenharia Industrial Profissional	2009	Mestrado profissional	4
Engenharia Química	1988	Mestrado acadêmico	4
Engenharia Química – UFBA, UNIFACS	2007	Doutorado	3
Física	1975 (M) 2007 (D)	Mestrado e doutorado	3
Geofísica	1969 (M) 1972 (D)	Mestrado e doutorado	4
Geografia	1994 (M) 2011 (D)	Mestrado e doutorado	4
Geologia	1976 (M) 1992 (D)	Mestrado e doutorado	4
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	2008 (M) 2015 (D)	Mestrado acadêmico	4
Matemática	1969	Mestrado acadêmico	4
Matemática – UFBA, UFAL	2010	Doutorado	4
Matemática em Rede Nacional (Profmat)	2011	Mestrado profissional	5
Mecatrônica	2003 (M) 2012 (D)	Mestrado e doutorado	4
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	2010	Mestrado acadêmico	3
Química	1968 (M) 1992 (D)	Mestrado e doutorado	4

Fonte: elaboração da autora a partir de dados Pró-Reitoria de Pós-Graduação²⁰ da UFBA e Capes.²¹

²⁰ Informação disponível em: <http://www.prog.ufba.br/stricto-sensu>. Acesso em: 15 set. 2019.

²¹ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.jsf?areaAvaliacao=0&cdRegiao=2&sgUf=BA&ies=338507>. Acesso em: 23 set. 2019.

No Gráfico 1, apresentamos o quantitativo de programas que possuem notas de 3 a 5. Apenas dois programas da Área I da UFBA possuem uma nota de bom desempenho para os padrões da Capes. São eles: Engenharia Industrial e o Profmat. Esse fato traduz a necessidade de reflexão acerca do comportamento científico, em termos de produção e comunicação do conhecimento gerado nos programas, entre os seus pares e para a sociedade em geral, bem como outros itens que compõem o instrumento de avaliação dos PPG, mas não faz parte do nosso estudo.

Se fizermos uma breve comparação da Área I, objeto deste estudo, e a Área II – Ciências Biológicas e Profissões da Saúde da UFBA –, cujos estudos de Gomes (2017) revelaram ser a área com maior disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, veremos que há diferenças consideráveis na nota de avaliação dos mesmos. A Área II²² possui 25 programas, dentre os quais 9 possuem notas entre 5 e 7, ou seja, quase um terço dos programas possuem notas que vão de bom desempenho a excelentes em termo de pesquisa científica no Brasil.

Já a Área I, que possui 24 PPG, conforme relacionado neste trabalho, apresenta apenas dois programas conceito 5. É necessário averiguar em um outro estudo o que vem ocorrendo com os programas da Área I, uma vez que é também uma área estratégica, desenvolve tecnologias e está alinhada com o progresso da ciência, e se de fato há alguma relação positiva na disponibilização de conteúdo em acesso aberto, para fins de avaliação da CAPES.

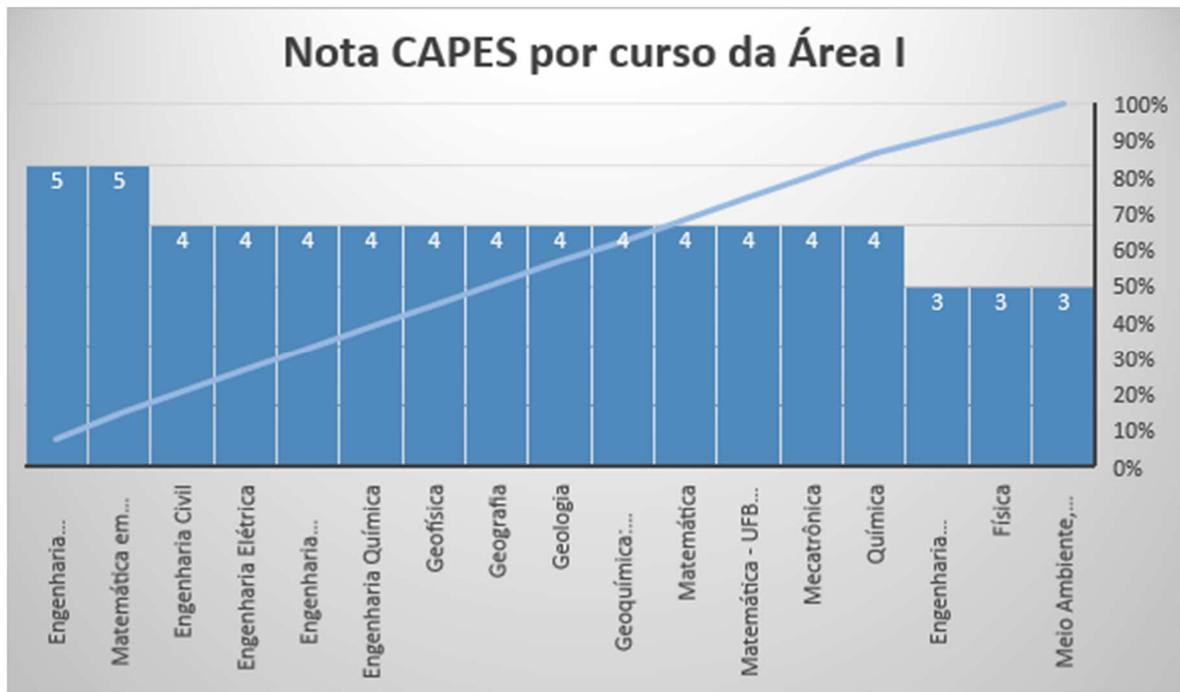
Os dados atualizados da disponibilização de conteúdo nos programas de Pós-Graduação nas duas áreas citadas, expressam que a Área I possui 2.494 documentos inseridos, e a Área II apresenta um quantitativo de 5.900 itens disponíveis no RI-UFBA. Diante do total de documentos identificados no repositório, aproximadamente 28.000, verificamos que a Área I representa um percentual de inserção em torno de 8,92%; já a Área II contribui com 21,07% dos documentos disponíveis.

Esses novos dados também revelaram que a Área III - Filosofia e Ciências Humanas ultrapassou a Área I em números de documentos disponibilizados no RI-UFBA, tornando-se a área com maior inserção de documentos, ou seja, constatamos que foram inseridos um pouco mais que 6.000 itens no repositório. Esse quantitativo representa 21,42% do total de documentos disponibilizados em todo o RI-UFBA. Cabe salientar, que a Área III possui 26 programas de Pós-Graduação, ou seja, apresenta-se também como a área com o maior quantitativo de programas na universidade.

²² Informação disponível em: <http://www.propg.ufba.br/stricto-sensu>. Acesso em: 15 set. 2019.

Ressalvamos que o quantitativo de documentos disponibilizados no RI-UFBA permeia instâncias administrativas, como a Reitoria e a Editora Universitária, que contribui com um percentual de inserções de documentos na ferramenta. Dessa forma, acrescentamos que as comunidades do RI não apresentam apenas documentos originados na Pós-Graduação, mas também em seus departamentos e colegiados de graduação.

Gráfico 1 – Nota Capes por curso da Área I



Fonte: elaboração da autora.

Através do Quadro 2 e Gráfico 2 procuramos elencar o quantitativo de documentos disponibilizados em cada programa que compõe a área do conhecimento objeto desse estudo. Primeiramente elencamos os conteúdos dos programas organizados de forma alfabética. Em seguida, para uma melhor leitura interpretativa, inserimos o Gráfico 2 com a disposição dos cursos com o maior número de produção acadêmica inseridas no repositório.

Quadro 2 – Disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, cursos da Área I: Ciências Físicas, Matemática e Tecnologias

Curso	Nível	Quantidade de documentos
Arquitetura e Urbanismo	Mestrado e doutorado	326
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre)	Mestrado profissional	41
Ciência da Computação	Mestrado e doutorado	28
Ciência da Computação – UFBA, UNIFACS, UEFS	Doutorado	31
Ciência da Computação – UFBA, UEFS	Mestrado	76
Energia e Ambiente	Doutorado	14
Engenharia Ambiental Urbana	Mestrado	153
Engenharia Civil	Mestrado e doutorado	11
Engenharia Elétrica	Mestrado e doutorado	53
Engenharia Industrial	Mestrado e doutorado	319
Engenharia Industrial Profissional	Mestrado profissional	18
Engenharia Química	Mestrado acadêmico	11
Engenharia Química – UFBA, UNIFACS	Doutorado	74
Física	Mestrado e doutorado	20
Geofísica	Mestrado e doutorado	36
Geografia	Mestrado e doutorado	248
Geologia	Mestrado e doutorado	246
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	Mestrado acadêmico	167
Matemática	Mestrado acadêmico	48
Matemática – UFBA, UFAL	Doutorado	09
Matemática em Rede Nacional (Profmat)	Mestrado profissional	58
Mecatrônica	Mestrado e doutorado	114

Meio Ambiente, Águas e Saneamento	Mestrado acadêmico	62
Química	Mestrado e doutorado	331

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do RI-UFBA.

Ao analisarmos os dados dispostos no Quadro 2 e Gráfico 2, identificamos que apenas três programas possuem uma disponibilização de conteúdo expressiva no RI-UFBA, entre 331 e 319 documentos inseridos. São eles, em ordem decrescente: Química, Arquitetura e Engenharia Industrial. Esse último, devemos ressaltar, é um dos dois programas da Área I que possui nota 5 na avaliação da Capes.

Outros dois cursos apresentam uma relativa disponibilização de conteúdo no repositório, entre 248 e 246, a saber: Geografia e Geologia, demonstrando, portanto, que os cursos do Instituto de Geociências (Igeo) estão participando de maneira colaborativa da proposta do acesso aberto.

Já os cursos que ultrapassaram uma centena de documentos disponibilizados são: Geoquímica (167), Engenharia Ambiental (153) e Urbana e Mecatrônica (114). Alertamos para o fato de que o Igeo se faz presente nesta parte da análise ao contribuir com o programa de Geoquímica entre os que disponibilizam mais de 100 documentos.

O programa de Mecatrônica está oficialmente lotado no Instituto de Matemática e Estatística (IME), mas, por muitos anos, foi representado pela Escola Politécnica, tendo a coordenação atuado em alternância. Ou seja, em um mandato, a coordenação é exercida por um docente do Departamento de Ciência da Computação, lotado no IME; já no mandato seguinte, caso não haja recondução, a coordenação é exercida por um membro do Departamento de Engenharia. Logo, o programa de Mecatrônica sofre forte influência da Escola Politécnica, salientando, inclusive, que a coordenação atual está sendo cumprida por um membro deste último departamento citado. Nesse sentido, atribuímos a essa ligação com a Escola Politécnica a sua disponibilização de conteúdo expressiva, diferentemente dos cursos lotados no IME. Com isso, a Escola Politécnica representa uma parcela significativa de unidades que promove o acesso aberto, assim como o Igeo.

Analisaremos os programas que possuem menos de 100 e mais que 50 documentos disponibilizados no RI-UFBA. Nessa categoria, temos cinco programas que inseriram entre 76 e 53 documentos: Ciência da Computação – UFBA, UEFS (76); Engenharia Química – UFBA, UNIFACS (74); Meio Ambiente, Águas e Saneamento (62); Profmat (58); e Engenharia Elétrica disponibilizando (53) produções.

Os outros 11 programas apresentaram baixo índice de inserções, que vão de 48 a apenas 9 documentos inseridos.

Essa análise representa o quanto a Área I necessita se inserir no MAA e perceber que a disponibilização em acesso aberto é uma tendência mundial, seguida por diversas institucionais nacionais, como na área de Saúde, mais uma vez citando-a, tendo como uma das maiores representantes no Brasil a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Outras Ifes brasileiras já incorporaram o espírito de cooperação que ronda a comunidade científica globalmente. A UFBA, como a primeira universidade federal do estado da Bahia, que teve o primeiro curso de Cirurgia oferecido no Brasil, na Escola de Cirurgia na Bahia em 1808, posteriormente juntada à UFBA, não pode negligenciar o fato de que estamos adentrando em uma nova era da comunicação científica. Essa “era” tem na TIC uma grande aliada, e que os programas de pós-graduação da UFBA não utilizam de forma satisfatória. Sobre esse aspecto, Silva Júnior (2017, p. 103) relata que “Existem 63 universidades federais. Dentre elas, 38 (60%) possuem repositório. Dentre estes, 26 estão cadastrados no OpenDOAR. [...] Apenas 16 universidades criaram uma Política de Informação Institucional (PII)”.

Cabe ressaltar que, apesar de serem os PPG da Área I o universo deste estudo, o RI-UFBA é o nosso objeto maior de pesquisa e a comunicação científica que por essa ferramenta transita. Nesse sentido, faz parte das nossas análises verificar como este se apresenta para o público usuário, seja o usuário produtor de conhecimento, que deseja inserir e compartilhar a sua produção, ou mesmo aquele usuário que utiliza o RI-UFBA para subsidiar a sua pesquisa, para tomar nota dos assuntos que estão sendo estudados na instituição ou para inteirar-se do fluxo científico que circunda a universidade.

Não foram avaliações aprofundadas, até porque não caberia nesta etapa da pesquisa, mas foram avaliações pontuais e que dizem respeito a este estudo em questão. Ora, como podemos analisar a disponibilização de conteúdo dos PPG e se estes apresentam documentos normativos para a inserção de produções científicas dos discentes e docentes, se não os encontramos divulgado nem mesmo no objeto de estudo desta pesquisa, no RI da UFBA?

Um aspecto importante diz respeito à PII da UFBA disponível no RI-UFBA, que foi formulada e nomeada como a política institucional do repositório. Um documento normativo mais robusto e detalhado para uma efetiva PII na universidade não foi identificado. O que há de fato é uma portaria que instrui poderes ao Grupo Gestor,²³ para o desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório. Esse Grupo Gestor, conforme descrição da portaria,

²³ Constituído através da Portaria nº 125 de 19 jun. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/about/Portaria_n125.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

está sob a presidência do Sistema Universitário de Bibliotecas (Sibi) da universidade. Uma PII envolve muito mais critérios e designações de responsabilidades do que o documento formulado e publicado que a UFBA adota.

A formulação e implementação de uma política de informação na universidade deve envolver toda a comunidade acadêmica e científica da instituição, deve ser mais abrangente e politicamente mais ampliada a sua discussão. Baggio (2016, p. 82) analisa e destaca as políticas de informação dos RI das universidades federais do Brasil e, nesse estudo, traduz um pouco do que se espera da construção de uma PII. A autora discorre que “É importante a participação de todos os envolvidos pois sem um consenso geral sobre os princípios e diretrizes de quem faz o quê, quando e como, não se podem criar os fundamentos para a construção da autossuficiência informacional”.

Além da política de informação, a autora destaca diversas outras políticas necessárias ao bom funcionamento de um RI, dentre essas, a política de depósito compulsório e a política de autoarquivamento. De acordo com Nascimento (2014, p. 94), “O autoarquivamento é um dos elementos que compõe a etapa de implementação dos repositórios e consiste do depósito de conteúdos pelo próprio autor”. Dentre as recomendações do *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Livre Acesso à Informação Científica*, de 2005, lançado pelo Ibiict, encontramos o seguinte:

É **primordial** que os **pesquisadores** (autores):

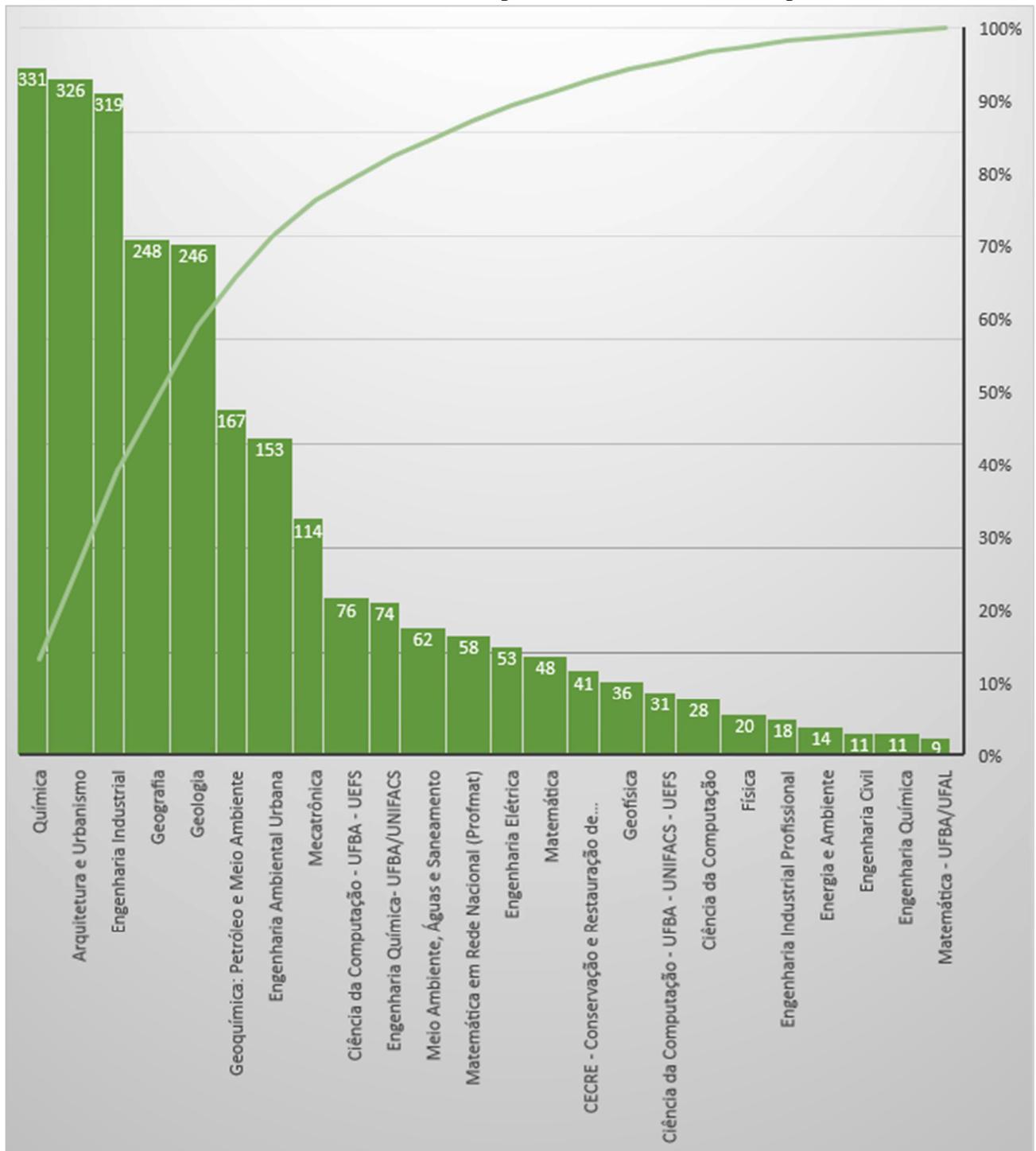
1. contribua para o incremento de conteúdos em repositórios institucionais ou temático, depositando o maior número possível de seus trabalhos, publicados ou não, inclusive pré e pós *print*, material de aula, quando for o caso, entre outros materiais.
2. depositar, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre publicações que envolvam resultados de pesquisas financiados com recursos públicos.

Nesse sentido, torna-se necessária a formulação ou reformulação dessas políticas, para que os membros da comunidade saibam e tenham acesso ao papel que devem desempenhar na disponibilização de conteúdo no RI-UFBA. Segundo Leite (2011, p. 176), “universidades e institutos de pesquisa em todo o mundo tem tornado compulsório o armazenamento da produção científica de seus pesquisadores”.

Baggio (2016, p. 88) sinaliza que há duas formas de depósito da produção científica em RI de acesso aberto, “o depósito mediado, quando terceiros fazem esse depósito, frequentemente feito pelos bibliotecários e o autoarquivamento, quando o próprio autor deposita seu trabalho no repositório institucional”. Autores como Coleman e Roback (2005) e Cooke (2007) definem o autoarquivamento com a prática de depositar cópias de documentos ou outros trabalhos acadêmicos e científicos em repositórios de acesso aberto e que, apesar de

terem sido construídos para que o autor realizasse o depósito dos seus trabalhos, o mais comum é que o este seja mediado, como revelam as análises deste estudo.

Gráfico 2 – Quantidade documentos disponibilizados no RI-UFBA por curso da Área I



Fonte: elaborado pela autora com base em dados do RI-UFBA.

A partir da exposição dos dados numéricos acerca do quantitativo de discentes concluintes, no período que compreende o estudo (2010 a 2018), e dos documentos disponibilizados por tipologia nas subcomunidades da Área I, inseridos nos Quadros 3 e 4, realizamos uma análise entre eles, de modo que possamos compreender o quanto cada programa vem dedicando-se a realizar a inserção da produção acadêmica e científica, produzida no âmbito das suas pesquisas, contando, para isso, com o auxílio do RI-UFBA e sua disponibilização em acesso aberto.

Quadro 3 – Quantidade de alunos concluintes entre 2010 e 2018 (Área I)

Curso	Nível	Quantidade de concluídos entre 2010 e 2018	Dissertações e/ou teses
Arquitetura e Urbanismo	Mestrado e doutorado	206	180
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre)	Mestrado profissional	21	41
Ciência da Computação ²⁴	Mestrado e doutorado	25	15
Ciência da Computação – UFBA, UNIFACS, UEFS	Doutorado	29	31
Ciência da Computação – UFBA, UEFS ²⁵	Mestrado	53	44
Energia e Ambiente	Doutorado	38	14
Engenharia Ambiental Urbana ²⁶	Mestrado	95	139

²⁴ Alertamos para o fato de que esse programa foi iniciado em 2014, substituindo ao mestrado e doutorado em associação com outras instituições, por esse motivo esse número de concluintes. Outro fator determinante para esse quantitativo deve-se ao fato da implantação de um novo sistema acadêmico na UFBA em 2019, que exigiu adaptação de alguns procedimentos, e muitas defesas ocorridas ainda em 2018 somente foram concluídas no sistema em 2019, não somente para esse curso, mas também para os demais, o que caracterizou a conclusão desses discentes em 2019, ou seja, fora do lapso temporal da nossa pesquisa, mas que muito provavelmente estejam inseridas as dissertações e teses no RI-UFBA.

²⁵ Curso iniciado em 2012 e descontinuado em 2014. Permanecendo ativos os discentes em fase de conclusão, sem ingressos a partir daquele ano. Informação encontrada na ficha de avaliação da Capes no quadriênio publicado: em 20 set. 2017. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.jsf?jsessionid=3tYuMI8A+GXCPIUrHGL+ImQI.sucupira-204>. Acesso em: 9 set. 2019.

²⁶ Curso descontinuado em 2015. Permanecendo ativos os discentes em fase de conclusão. Disponível em: <http://www.ppec.ufba.br/site/apresentacao>. Acesso em: 9 set. 2019.

Engenharia Civil ²⁷	Mestrado e doutorado	14	11
Engenharia Elétrica	Mestrado e doutorado	129	10
Engenharia Industrial	Mestrado e doutorado	139	132
Engenharia Industrial Profissional	Mestrado profissional	45	18
Engenharia Química	Mestrado acadêmico	86	32
Engenharia Química – UFBA, UNIFACS ²⁸	Doutorado	34	11
Física	Mestrado e doutorado	123	14
Geofísica	Mestrado e doutorado	106	34
Geografia	Mestrado e doutorado	163	247
Geologia	Mestrado e doutorado	181	235
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	Mestrado acadêmico	65	72
Matemática	Mestrado acadêmico	76	45
Matemática – UFBA, UFAL ²⁹	Doutorado	16	9
Matemática em Rede Nacional (Profmat) ³⁰	Mestrado profissional	70	58

²⁷ O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPEC) recebeu este nome no ano de 2015, tendo sua origem no mestrado em Engenharia Ambiental Urbana (Meau) da Escola Politécnica da UFBA, que iniciou suas atividades em 1997. Disponível em: <http://www.ppec.ufba.br/site/apresentacao>. Acesso em: 9 set. 2019.

²⁸ Curso criado em 2007. Disponível em: <http://www.eng.ufba.br/doutorado-em-engenharia-quimica-ppeq>. Acesso em: 9 set. 2019.

²⁹ Curso criado em 2007. Disponível em: https://pgmat.ufba.br/sites/pgmat.ufba.br/files/matematica_ufba_ufal_avaliacao.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

³⁰ Curso criado em 2011. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?cd_programa=31075010001P2. Acesso em: 10 set. 2019.

Mecatrônica	Mestrado e doutorado	81	114
Meio Ambiente, Águas e Saneamento ³¹	Mestrado acadêmico	68	55
Química	Mestrado e doutorado	314	328

Fonte: elaborado pela autora com base em dados do Sistema Integrado de Gestão Atividades Acadêmicas (Sigaa).

No confronto entre os Quadros 3 e 4, pode-se perceber quais programas mais disponibilizam a produção acadêmica e científica da sua comunidade em acesso aberto.

³¹ Curso criado em 2010. Disponível em: https://maasa.ufba.br/sites/maasa.ufba.br/files/ficha_recomendacao_28001010076p9.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

Quadro 4 – Quantidade de documentos disponibilizados por tipo

Curso	Dissertações e/ou teses	Artigos em eventos	Artigos em periódicos	Capítulos de livros	Outros
Arquitetura e Urbanismo	180	5	65	7	70
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre)	41	0	0	0	0
Ciência da Computação	15	7	3	0	3
Ciência da Computação – UFBA, UNIFACS, UEFS – Doutorado	31	0	0	0	0
Ciência da Computação – UFBA, UEFS – Mestrado	44	6	23	2	1
Energia e Ambiente	14	0	0	0	0
Engenharia Ambiental Urbana	139	0	14	0	0
Engenharia Civil	11	0	0	0	0
Engenharia Elétrica	10	0	43	0	0
Engenharia Industrial	132	20	151	1	14
Engenharia Industrial Profissional – Mestrado	18	0	0	0	0
Engenharia Química	32	0	42	0	0
Engenharia Química – UFBA, UNIFACS	11	0	0	0	0
Física	14	2	4	0	0
Geofísica	34	0	2	0	0
Geografia	247	0	1	0	0
Geologia	235	0	11	0	0
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	72	19	71	5	0
Matemática	45	0	0	0	0
Matemática – UFBA, UFAL	9	0	3	0	0
Matemática em Rede Nacional (Profmat)	58	0	0	0	0
Mecatrônica	114	0	4	0	0
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	55	0	5	2	1
Química	328	0	3	0	0
Total por tipo de documentos	1.889	59	445	17	89

Fonte: elaborado pela autora com base em dados do RI-UFBA.

Seguindo uma lógica de disposição das análises dos cursos de forma alfabética, iniciaremos pelo programa de Arquitetura, no qual foi possível observar que, das 206 defesas realizadas no período de 2010 a 2018, apenas 180 foram inseridas no RI da UFBA. Esse dado revela que a disponibilização de documentos como dissertação e tese, nesse programa, não segue um fluxo contínuo de acordo com a saída dos alunos pós-defesa.

Cada discente que defende o seu mestrado ou doutorado tem autonomia para cadastrar-se no RI-UFBA e, posteriormente, executar a inserção da sua produção científica, ou seja, realizar o autoarquivamento. Este trata-se de uma das estratégias orientadas pelo MAA, que propõe a via verde e a via dourada. A via verde é representada pelos repositórios e via dourada é representada pelos periódicos de acesso aberto. Essas estratégias foram citadas no artigo intitulado “A comunicação científica no Repositório Institucional da UFBA: levantamento na Área I” , que compõe este estudo.

Prosseguindo com as análises, identificamos que a quantidade de alunos que concluíram no programa Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre), no total de 21, é inferior ao número de dissertações disponibilizadas no repositório, tendo sido inseridos 41 documentos.

Dessa forma, deduzimos que os processos de conclusão dos alunos possam estar em fase de finalização no sistema acadêmico ou mesmo que existam documentos que diferem desse programa inseridos nessa subcomunidade, visto que a quantidade de inserções no repositório é superior à quantidade de alunos que defenderam no período.

Essa dedução fundamenta-se na data de início do programa, em 2010. Logo, a hipótese que surge para outros programas não se implica para esse, ou seja, há a possibilidade de cadastro de dissertações que foram defendidas em anos anteriores à implantação do RI-UFBA.

Na consulta ao RI, para confirmarmos a veracidade dos documentos que constam como sendo do programa de Cecre, foi apresentada uma inconsistência no sistema, o que representa uma falha grave e lamentável para a consulta dos usuários. Ao realizar o procedimento de consulta a todos os documentos de uma subcomunidade, apenas a primeira página é visualizada. A partir da segunda página, o sistema retorna com uma mensagem de erro. Desse modo, não foi possível verificar na íntegra e confirmar se estavam inseridas todas as dissertações daquele programa.

Atribuímos esse episódio ao atraso na atualização do RI-UFBA, visto que este se encontra na versão 3.2 do *software* denominado DSpace, conforme relatado em outro

estudo nosso, publicado no Biredial-Istec'19: São Paulo, Brasil, de 30 de julho a 2 de agosto de 2019, ou seja, muito desatualizada frente aos repositórios de outras Ifes que, assim como a UFBA, participaram do projeto piloto do Ibict e implantaram o repositório com esse *software*.

A respeito do *software* denominado DSpace, obtivemos informações na página oficial do Ibict,³² que destaca:

Foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema foi criado de forma a ser facilmente adaptado. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo. São exemplos de material digital: documentos (artigos, relatórios, projetos, apresentações em eventos etc.), livros, teses, programas de computador; publicações multimídia, notícias de jornais, bases de dados bibliográficas, imagens, arquivos de áudio e vídeo, coleções de bibliotecas digitais, páginas Web, entre outros.

A partir dessa descrição da ampla possibilidade de armazenamento e da importância do DSpace pelo Ibict, percebemos o quanto é imprescindível a atualização constante dessa ferramenta. Apenas para exemplificar, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já conta com a versão 5.8 desse *software*, umas das mais atualizadas, que torna o sistema mais acessível, melhora o sistema de busca e a interação, ampliando a visibilidade para a produção científica, acadêmica e artística da instituição.

Em termos comparativos, a UFRGS encontra-se na 4ª posição do Ranking Webometrics,³³ enquanto que a UFBA está em 11ª colocação. Essa questão demonstra como uma universidade que está mais atualizada tecnologicamente pode oferecer serviços de melhor qualidade aos seus usuários e à sociedade no todo, refletindo, dessa maneira, na visibilidade, na avaliação, nos investimentos, no apoio e na projeção nacional e internacional.

Esse parêntese na análise dos dados das defesas e quantidade de dissertações inseridas pelo programa Cece foi para exemplificar como a ferramenta aqui estudada, o RI-UFBA, pode influenciar em diversos aspectos, que vão da qualidade à visibilidade da instituição. Por esse motivo, procuramos não somente analisá-la, mas também situá-la diante dos seus similares.

³² Disponível em: <http://www.ibict.br/tecnologias-para-informacao/dspace>. Acesso em: 8 set. 2019.

³³ Disponível em: https://www.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil. Acesso em: 9 set. 2019.

Retomando as análises dos programas, passamos a averiguar o Programa de Ciência da Computação (PGCOMP) que possui mestrado e doutorado. Essa observação quanto à composição do programa é importante, na medida em que faremos as análises de três programas de Ciência da Computação da UFBA, mas que possuem características diferentes quanto à quantidade de instituições que os compõe. Ao explorar os dados desse programa, identificamos que foram realizadas, a partir da sua criação em 2014, 25 defesas de mestrado e doutorado, mas que, no repositório, havia apenas 15 dissertações inseridas e nenhuma tese de doutorado.

Particularmente, atribuímos esse fato a nossa saída da coordenação do CEAPGMAT, centro que assessora, além desse programa, outros PPG que estão lotados no IME. Relembramos que a motivação para pesquisar sobre esse tema foi justamente a ausência do autoarquivamento realizado pelos discentes, o que conseqüentemente sobrecarrega os(as) secretários(as) dos PPG, caso estes(as) sejam solicitados(as) a realizar a inserção pelos(as) discentes. Esse fato ocorreu na ocasião em que foi necessário um mutirão no CEAPGMAT para a inserção de dissertações e teses de anos anteriores à implantação do RI-UFBA. Mas constata-se, com esta pesquisa, que, infelizmente, a disponibilização de conteúdo não prosseguiu de uma forma ou de outra. De certo, a alternativa não deve ser a inserção pelos(as) secretários(as), e sim pelo(a) próprio(a) produtor(a) do conhecimento científico. Até porque essa inserção implica a inserção de metadados e, sendo essa tarefa executada por terceiros, algum dado importante da pesquisa do(a) discente pode ser renegado.

Quanto doutorado, constituído em associação com as instituições UEFS e UNIFACS, que também faz parte do rol de programas assessorados pelo CEAPGMAT, o qual já foi amplamente mencionado neste trabalho, apresentou um quantitativo de defesas de doutorado no total de 29 realizadas no período do estudo, mas, ao verificamos a disponibilização desse conteúdo no RI-UFBA, encontramos 31 teses inseridas. Aqui, há duas possibilidades. A primeira hipótese é que os discentes ainda estejam em processo de saída do sistema acadêmico, configurando, portanto, essa diferença. Já a segunda alternativa sugere que algumas dessas teses digam respeito ao PGCOMP que possui apenas a instituição UFBA como integrante.

Ao consultar a subcomunidade desse programa, conseguimos visualizar que, no ano de 2019, foram inseridas três teses de doutorado, ou seja, exatamente as três teses que exprimem a diferença na nossa pesquisa para o doutorado – UFBA, UEFS, UNIFACS. Ao verificar essas teses, constatamos que são de outro programa, qual seja, do Programa

Pós-Graduação Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – desse modo, duas teses de um programa da área de Humanas, inseridas em um programa de exatas. O agravante é que uma das teses foi inserida duas vezes, ou seja, das três teses inseridas, há apenas dois autores. Essa situação demonstra que equívocos ocorrem e acarretam prejuízos tanto para o programa quanto para o cadastro do(a) discente, já que lhe foi dado o acesso a uma subcomunidade que ela não faz parte. Por outro lado, a verificação dos metadados, ou seja, o processo de moderação é de competência da equipe gestora do repositório, pertencente ao Sistema de Bibliotecas da UFBA (Sibi). No Anexo D, temos a tela de captura que mostra o equívoco.

O terceiro programa a ser analisado é justamente aquele que nos motivou a escrever sobre o tema, o mestrado em Ciência da Computação da UFBA e UEFS. Esse programa apresenta disponíveis todas as tipologias de documentos elencadas nesta pesquisa, ainda que em quantidade limitada, diante do número de discentes que concluíram num total de 53 e as dissertações disponibilizadas foram apenas 44, sabendo-se que a produção de artigos em cursos de pós-graduação é algo quase que indissociável da produção final do curso. Ainda assim, esse programa disponibilizou 23 artigos publicados em periódicos e seis trabalhos apresentados em eventos.

Evidenciamos que todas as dissertações inseridas na subcomunidade desse programa ocorreram nos anos de 2016 e 2017, justamente no período em que iniciamos o mutirão de disponibilização de conteúdo no RI-UFBA e em que estávamos à frente da coordenação de atendimento do CEAPGMAT. Depois disso, as produções resultantes da investigação científica dos discente não foram mais disponibilizadas.

Ao analisarmos o programa de Energia e Ambiente, este apresenta 38 defesas realizadas, e apenas 14 teses foram inseridas no RI-UFBA, assim como nenhum outro tipo de documento foi disponibilizado dentre os elencados por esta investigação, demonstrando, dessa forma, um descompasso entre o que é produzido e o que é disponibilizado e comprometendo a visibilidade da produção científica da instituição. Ressalta-se que, para a produção da Área I, prevalece a disseminação de dissertações e teses, seguida de publicações em periódicos e anais de eventos científicos.

Observa-se, no programa de Engenharia Ambiental Urbana, que houve uma preocupação em inserir as dissertações de anos anteriores à implantação do RI-UFBA, visto que, no período de 2010 a 2018, foram concluídos 95 e a inserção de dissertações foi superior a esse número, sendo disponibilizados 139 documentos desse tipo, conforme o Quadro 4.

Já no programa de Engenharia Civil, verificamos que a disponibilização de dissertações não está distante da realizada, mas também não se confirma na plenitude. Das 14 defesas realizadas, apenas 11 dissertações foram inseridas. Apenas dissertações fazem parte do conteúdo disponibilizado no RI.

Tratando-se do programa de Engenharia Elétrica, a disponibilização de conteúdo não é satisfatória, visto que, das 129 defesas ocorridas no período do estudo, apenas dez documentos foram disponibilizados, sendo sete dissertações e três teses.

Para o programa de Engenharia Industrial acadêmico, considerando o quantitativo de defesas em 139 realizadas e a disponibilização de conteúdo total das dissertações e teses inseridas no RI-UFBA, apresentam-se 132 documentos inseridos, sendo considerada satisfatória a quantidade de documentos. Também foi satisfatória a inserção de artigos publicados em periódicos, no total 151 artigos disponibilizados. Já trabalhos apresentados em eventos, foram disponibilizados 20, logo, consideramos ser este um dos programas comprometidos com a disponibilização de conteúdo em acesso aberto no RI da UFBA. Consideramos que a avaliação desse programa na Capes (Nota 5), conforme o Quadro 1 deste estudo, reflete a sua responsabilidade enquanto comunidade científica e acadêmica.

Ao analisarmos o programa de Engenharia Industrial Profissional, verifica-se que, mais uma vez, um programa não exerce o seu pleno dever de disponibilização do conteúdo produzido no cerne da sua área do conhecimento. Das 45 dissertações defendidas, apenas 18 estão disponíveis no RI. Além disso, nenhum outro tipo de documento foi apresentado. Em se tratando de um programa Engenharia Industrial Profissional, que aborda assuntos voltados para o aspecto profissional, mais empírico, torna-se evidente que a socialização desse conhecimento precisa acontecer para que a sua transmissão seja efetivada de forma democrática a seus pares e à sociedade em geral.

No que diz respeito ao programa de Engenharia Química, identificamos terem ocorrido 86 defesas de dissertação no período que compreende este estudo. Já a disponibilização desse conteúdo emanado dessas pesquisas não foi comunicada em acesso aberto na sua totalidade, ou seja, apenas 32 documentos com essa tipologia estão disponíveis. O programa demonstra um certo interesse em disponibilizar os artigos publicados em periódicos, no total de 42 documentos com essa tipologia evidenciados. Mesmo que evidenciemos esse dado relativo à disponibilização dos artigos publicados, não podemos deixar de mencionar que ainda considera-se uma quantidade diminuta da

produção de conhecimento que é realizada na instância dos programas de pós-graduação da UFBA.

Tratamos acima do programa de Engenharia Química, que se efetiva apenas com a participação da UFBA e que possuía apenas o curso de mestrado, conhecido como Mestrado em Engenharia Química (Maeq).

Agora, trataremos de observar e analisar a disponibilização de conteúdo do programa de Engenharia Química, que se configura em associação com a UNIFACS. Como a UFBA já possuía o curso de mestrado nessa área, a partir da parceria desta com a UNIFACS, a oferta do curso de doutorado para um nicho crescente, oriundo do Maeq e do mestrado da UNIFACS, ficou na competência da UFBA.

Nesse programa de doutorado em Engenharia Química UFBA e UNIFACS identificamos que foram defendidas 34 teses, das quais apenas 11 foram inseridas no RI-UFBA. Pontuamos que a quantidade de documentos inseridos representa um terço da produção defendida no programa, demonstrando que a disponibilização de conteúdo em acesso aberto não tem sido uma prioridade para o programa.

Devemos salientar que, por possuir dois programas da mesma área na UFBA, sendo um deles em parceria com outra instituição, essa particularidade tem gerado um pequeno equívoco, ao disponibilizar-se na mesma subcomunidade a produção acadêmica oriunda de dois programas diferentes. Os artigos publicados em periódico são uma prova disso. Pelas nossas análises, procurando adotar um critério de antiguidade, logo, atribuímos que os artigos são oriundos do programa Maeq, mas sem a convicção desse fato, visto que, na mesma subcomunidade, há dois cursos distintos e apenas uma coleção de artigos publicados em periódicos. Para essa análise minuciosa, de verificar artigo por artigo e buscar o discente no sistema acadêmico para identificar o seu tipo de vínculo, certamente não teríamos espaço neste estudo, e sim em outros futuros.

Podemos adiantar que há inserções equivocadas dos documentos cuja a tipologia expresse os artigos publicados em periódicos, pois, ao consultar apenas dois discente no sistema acadêmico, comparamos e constatamos que, diante da data de publicação de ambos, um tratava-se de autoria de um mestrando e o outro da autoria de um doutorando, já que o programa em parceria com a UNIFACS foi criado em 2006.³⁴

Assim como foram distribuídos os programas de Ciência da Computação em três, como de fato são, os programas de Engenharia Química necessitam também reavaliar as

³⁴ Informação disponível em: <https://ppeq.ufba.br/historico>. Acesso em: 14 set. 2019.

subcomunidade que estão inseridos e solicitar a correção pela parte gestora do repositório, ou seja, criar a subcomunidade para o Maeq e separar a produção científica dos dois programas, para que ocorra uma disponibilização de conteúdo mais coerente.

Ao nos debruçarmos a analisar o programa de Física, encontramos apenas 14 documentos disponibilizados do tipo dissertação e tese, sendo 11 dissertações e 3 teses. Esse número pouco reflete a produção científica oriunda desse programa, que, só no período analisado nesta pesquisa, titulou 123 mestres e doutores. Esse quantitativo do conteúdo disponível no repositório representa em torno de 10% do conhecimento produzido no âmbito desse programa, considerando apenas as teses e dissertações.

Quando analisamos a inserção de documentos do tipo artigo publicados em periódicos, nos ocorre uma situação inusitada. Na subcomunidade do PPG de Física, constam apenas quatro, mas, ao verificarmos a comunidade do Instituto de Física, constatamos que essa comunidade possui 574 artigos publicados em periódicos. Obviamente, não incluímos esses dados nesta pesquisa, por não constar da subcomunidade analisada, mas podem perfeitamente ser atribuída parte das autorias de alguns desses documentos a membros da pós-graduação. Ao serem disponibilizados esses documentos em um local inapropriado, desconfigura-se a produção do conhecimento oriundo desse PPG, gerando uma instabilidade nas consultas por parte do usuário. Alertamos para esse fato, que tem ocorrido com certa frequência no RI da UFBA, não observando-se a subcomunidade adequada para a inserção do documento.

O programa de Geofísica também acompanha o que vem ocorrendo nos demais programas da área. Dos 106 mestres e doutores que defenderam dissertações e teses, apenas 34 documentos foram divulgados em acesso aberto através do RI-UFBA. Informamos que esse programa, dentre os que estão vinculados ao Igeo da UFBA, foi o único a disponibilizar uma quantidade menor de documentos oriundos da produção acadêmica e científica ali realizada.

Os demais programas vinculados ao Igeo, com exceção do programa de Geofísica, apresentam um excelente resultado no que diz respeito à disponibilização de conteúdo no RI-UFBA e espírito de cooperação e compartilhamento das pesquisas realizadas. São estes: Geografia, Geologia e Geoquímica (Petróleo e Meio Ambiente).

A observação que operamos para o programa de Engenharia Ambiental Urbana faz-se presente para o programa de Geografia, assim como para os programas de Geologia e Geoquímica, nos quais constatamos que ocorreu a mesma preocupação em inserir as dissertações e teses de anos anteriores à implantação do RI-UFBA.

No período que compreende a pesquisa, 2010 a 2018, 163 discente concluíram, e a inserção de dissertações e teses foi superior a esse número, sendo disponibilizados 247 documentos desse tipo na subcomunidades do PPG de Geografia. Observamos que, nesse programa, há a ausência de disponibilização de outros tipos de documentos, como artigos e capítulos de livro, mas a tipologia dissertação e tese é expressiva.

Da mesma forma que o programa de Geografia, a pós-graduação em Geologia também demonstra compromisso com a disponibilização de conteúdo, ao realizar a inserção das dissertações e teses no RI-UFBA para além do início de funcionamento do repositório. Os dados levantados revelam que foram inseridas 235 dissertações e teses, quando, no período delimitado por este estudo, identificamos a ocorrência de 181 defesas, entre mestrado e doutorado. Esse o programa também não disponibiliza outras tipologias, esforçando-se apenas para a inserção apenas das dissertações teses.

Para finalizarmos a análise dos programas que estão lotados no Igeo, traremos o programa de Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente, que, da mesma forma, demonstra um compromisso com disponibilização da informação científica através do RI-UFBA. Nessa análise, notamos que esse programa tem 72 dissertações. Já no sistema acadêmico, Sigaa, localizamos para o período analisado 65 defesas de mestrado, ou seja, a disponibilização da produção acadêmica dos discentes foi superior ao número de defesas do período estudado, corroborando com a hipótese de que as defesas ocorridas em anos anteriores à implantação do RI-UFBA igualmente foram inseridas na ferramenta.

Esse programa também apresenta uma quantidade relevante de outros tipos de documentos, tais como artigos e capítulos de livros. Foram disponibilizados 19 artigos apresentados em eventos; já quanto os artigos publicados em periódicos científicos, a inserção foi de 71 documentos; e, por último, a seção livros e capítulos apresenta cinco documentos disponibilizados.

Findadas as análises dos programas que estão lotados no Igeo, é chegado o momento de nos aprofundarmos em outros programas, que, assim como os programas de Ciência da Computação, estão lotados no IME. Iniciaremos, portanto, com o programa de mestrado em Matemática, haja vista que os programas de mestrado e doutorado dessa área são distintos, uma vez que o doutorado ocorre em associação com a Universidade de Alagoas (UFAL) e o mestrado é um programa unicamente ofertado pela UFBA.

O programa de mestrado em Matemática contém, no período analisado, 76 defesas concluídas, mas a disponibilização dessas dissertações no RI-UFBA não ultrapassa os 45 documentos inseridos na época do mutirão já mencionado anteriormente. Na ocasião, na

coordenação do centro de atendimento e apoio aos programas, atuamos ativamente na inserção de dissertações e teses desse e de outros programas que compõem o rol de assessoramento do centro, assim como incentivamos a colaboração de outros servidores do setor a realizarem conjuntamente a inserção das dissertações e teses de anos anteriores à implantação do RI-UFBA.

Aparentemente, a inserção de documentos dessa tipologia restringiu-se àquela ocasião, pois não identificamos nenhum outro documento inserido após o ano de 2017, período em que estávamos nos desvinculando do IME e, conseqüentemente, da coordenação do CEAPGMAT.

A mesma constatação é evidenciada no programa de doutorado em Matemática UFBA e UFAL, no qual concluíram 16 discentes no período, e as teses disponibilizadas no RI-UFBA são apenas aquelas incluídas na ocasião do mutirão, que iniciou em 2016 e seguiu de forma mais pontual até 2017 – ou seja, as primeiras nove teses inseridas na gestão em que atuamos na coordenação do setor.

Examinaremos a disponibilização das dissertações do Profmat, que, assim como o programa de Engenharia Industrial, possui nota 5 na Capes. Esse programa, assim como os demais PPG do referido instituto, passou pela etapa de inserção de suas dissertações no RI-UFBA à mesma época do mutirão. Novamente, percebemos que a disponibilização de conteúdo ocorreu de forma sumária apenas àquele ano de 2017, com apenas uma inserção em 2018. O quantitativo entre os discentes que defenderam (70 defesas realizadas) não é tão distante do total de documentos desse tipo incluídos no RI-UFBA, 58. Porém, a observação mais contundente nesse aspecto é que as outras 12 dissertações que não foram disponibilizadas ainda no repositório são justamente dos anos de 2017 e 2018, ou seja, todas as outras foram inseridas no mutirão. O processo de disponibilização de conteúdo deveria seguir um fluxo contínuo, pois sabemos que o maior dispêndio de energia é começar qualquer tipo de atividade do zero e de modo retroativo; depois disso, basta apenas seguir o fluxo normal e rotineiro.

Para completar a análise dos programas que estão lotados no IME, assim como assessorados pelo CEAPGMAT, analisaremos o programa de Mecatrônica. Esse, devemos observar, está administrativamente lotado IME, mas a sua coordenação atua mais especificamente na Escola Politécnica, unidade onde concentram-se os cursos de Engenharia. Esse programa é exatamente o ponto fora da curva quando se trata de disponibilização de conteúdo dos programas lotados no IME. O sistema acadêmico aponta 81 defesas de mestrado e doutorado para esse programa, mas, ao consultarmos o

RI-UFBA, observamos que há 114 dissertações e teses disponibilizadas, ou seja, uma diferença quantitativa significativa.

Creditamos esse comportamento ao convívio da coordenação e dos discentes desse com outros programas na Escola Politécnica. Essa unidade possui um dos cursos conceito 5 na Capes – Programa de Engenharia Industrial – e conta com uma disponibilização de conteúdo satisfatória no RI-UFBA.

Finalizadas as análises dos cursos lotados no IME, passamos a discutir sobre o programa de Meio Ambiente, Águas e Saneamento, que concluiu 68 discentes e disponibilizou no repositório uma quantidade menor de dissertações, na ordem de 55 documentos com essa tipologia. Ao consultarmos a inserção dessas dissertações, percebemos que, aparentemente, a equipe de assessoramento realizou uma espécie de inserção coletiva, semelhante ao mutirão realizado para os programas do IME, pois evidenciamos que muitas dessas inserções ocorreram em fevereiro de 2019, ou seja, disponibilizaram dissertações de anos anteriores acumuladas.

Para concluir essa etapa do estudo – as análises da disponibilização de conteúdo pelos programas –, revelaremos os dados obtidos na observação da subcomunidade da pós-graduação em Química, que mostrou-se como o programa com o maior quantitativo de defesas realizadas no período pesquisado, na Área I, tendo concluído 314 defesas entre 2010 e 2018. A sua atuação junto ao RI-UFBA também demonstrou uma postura consciente frente à produção científica disponibilizada em acesso aberto, através dessa ferramenta, tendo disponibilizado 328 documentos, do tipo dissertações e teses, ou seja, quantidade maior do que as defesas realizadas no período delimitado pela pesquisa. Já os demais tipos de documentos elencados por este estudo não foram disponibilizados por esse programa em quantidade expressiva.

No Quadro 5, distribuimos o quantitativo de documentos inseridos no RI como um todo. O levantamento realizado em 12 de setembro de 2019 revela-nos que – desde o primeiro levantamento desta pesquisa, por volta de janeiro de 2018, para a elaboração do anteprojeto, no qual o RI-UFBA possuía em média 22 mil documentos disponibilizados, perpassando pela ocasião da apresentação do projeto no exame de qualificação, com dados coletados em meados de novembro do mesmo ano, em que tínhamos aproximadamente 25 mil inserções totalizadas no período mencionado – houve um aumento significativo, mas, ainda assim, aquém da quantidade de conhecimento

produzido dentro da instituição, saltando para 27.900³⁵ documentos disponíveis em acesso aberto, através do RI-UFBA.

Quadro 5 – Quantidade de documentos disponibilizados em todo o RI-UFBA

Comunidades do repositório	Quantidade de documentos
Edufba	541
Escola de Administração	1.570
Escola de Agronomia (até 2005)	53
Escola de Belas Artes	257
Escola de Dança	232
Escola de Enfermagem	515
Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia	487
Escola de Música	314
Escola de Nutrição	283
Escola de Teatro	427
Escola Politécnica	810
Faculdade de Arquitetura	414
Faculdade de Ciências Contábeis	187
Faculdade de Comunicação	773
Faculdade de Direito	1.050
Faculdade de Economia	1.331
Faculdade de Educação	1.544
Faculdade de Farmácia	281
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)	1.315
Faculdade de Medicina da Bahia	2.709
Faculdade de Odontologia	485
Instituto de Biologia	658
Instituto de Ciência da Informação	391
Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Icads)	53

³⁵ Dados disponíveis em: <https://repositorio.ufba.br/ri/>. Acesso em: 12 set. 2019.

Instituto de Ciências da Saúde (ICS)	1.542
Instituto de Física	601
Instituto de Geociências	1.190
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC)	587
Instituto de Letras	874
Instituto de Matemática	521
Instituto de Psicologia	267
Instituto de Química	1.171
Instituto de Saúde Coletiva (ISC)	1.871
Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS)	102
Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE)	16
Reitoria da UFBA	1.201
Reuniões dos Departamentos da UFBA (Atas)	1.259
Total	27.882

Fonte: elaborado pela autora com base em dados do RI-UFBA – Acesso em: 12 set. 2019

Devemos pontuar que, ao consultarmos o repositório como um todo, não apenas observando o quantitativo de documentos que constam em cada subcomunidade atribuída a um PPG, conforme descrito no Quadro 5 acima, mas realizando de busca de uma forma mais ampla, deparamo-nos com um outro quantitativo de documentos inseridos, que se apresenta com aproximadamente 28.900³⁶ documentos. Esse fato evidencia uma diferença nos dados quantitativos em torno de 1.000 documentos, o que pode prejudicar a confiabilidade da ferramenta.

³⁶ Dados disponíveis em: <https://repositorio.ufba.br/ri/simple-search?query=&submit=Ir>. Acesso em: 14 set. 2019.

5.2 OBSERVAÇÃO DOS PORTAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: BUSCA DE DOCUMENTOS NORMATIVOS PARA A INSERÇÃO DE CONTEÚDO NO RI-UFBA

Nesta subseção, buscamos consultar e identificar nos portais dos PPG da Área I se há documentos que normatizem, incentivem ou refiram-se ao RI-UFBA, bem como se os discentes e docentes são orientados a realizar a inserção da sua produção acadêmica e científica, contribuindo, dessa forma, para a disponibilização de conteúdo em acesso aberto através da ferramenta disponível na instituição, o RI-UFBA.

Os programas de Arquitetura e Urbanismo³⁷ e Cece,³⁸ lotados na Faculdade de Arquitetura, não apresentam, em suas relações de documentos expostos, nenhum documento que regulamente ou normatize a inserção das dissertações e teses, bem como outros tipos de documentos no repositório. Localizamos, portanto, uma menção ao repositório da UFBA no campo da biblioteca, onde é informado que as dissertações e teses são disponibilizadas nesta e também no repositório da UFBA.

Nos três programas de Ciência da Computação, novamente, não foram localizados documentos que orientem os discentes e/ou docentes a realizarem a inserção da produção científica no repositório.

No Programa de Ciência da Computação (PGCOMP),³⁹ que possui apenas a UFBA como instituição, foi localizado na aba “serviços” um *link* para o RI-UFBA, mas sem documento algum que conduza à inserção da produção científica. Porém, em outra aba denominada “Formação – Dissertações e teses”,⁴⁰ localizamos o que, até o momento das análises, consideramos ter sido a melhor menção e denominação do RI-UFBA dentre os programas até aqui analisados, nesta etapa da pesquisa. Através dessa aba, é possível ser direcionado para o RI-UFBA e encontrar neste as dissertações e teses classificadas em ordem cronológica de defesas ou ordem alfabética.

Já nos outros dois programas, não há nenhuma referência ao repositório, seja documento ou algum *link*. Mas o programa que possui o curso de doutorado como oferta

³⁷ Programa disponibiliza *link* das dissertações e teses na *homepage*, menciona o RI, mas o arquivo diretamente aberto em *Portable Document Format* (PDF), ou Formato Portátil de Documento. Disponível em: <http://ppgau.ufba.br/dissertacoes>

³⁸ Programa disponibiliza *link* das dissertações na *homepage* e redireciona para o RI. Disponível em: <http://www.cecre.ufba.br/pt-br/trabalhos-finais-arquivos>. Acesso em: 15 set. 2019.

³⁹ Programa possui *link* para na *homepage* para o RI. Disponível em: <http://wiki.dcc.ufba.br/PGComp/Servicos>. Acesso em: 15 set. 2019.

⁴⁰ Informação disponível em: <http://wiki.dcc.ufba.br/PGComp/DissertacoesDeMestrado>. Acesso em: 16 set. 2019.

apresenta uma relação de egressos e suas teses em PDF. Creditamos esse fato à descontinuidade desses cursos na UFBA e à falta de atualização da *homepage*. A última tese inserida na *homepage* do programa data de 2017. Para o programa de mestrado em parceria com a UEFS, de fato, nem mesmo a página foi localizada.

O programa de Energia e Ambiente não faz nenhuma alusão ao RI-UFBA, trazendo em sua própria página as teses defendidas, já em formato PDF.

Já o curso de Engenharia Ambiental Urbana, foi descontinuado em 2015, portanto, não localizamos a sua *homepage*, mas os seus dados de referência encontram-se na *homepage* do programa de Engenharia Civil, o próximo a ser observado.

O Programa de Engenharia Civil disponibiliza as dissertações, teses e artigos em sua *homepage*, e não há nenhuma menção ao RI, seja orientação para inserção da produção científico, seja ao menos um *link* direcionando os visitantes da página para o RI-UFBA. Inclusive, tivemos o cuidado de verificar se o regimento dos programas faz alguma referência à disponibilização de conteúdo no RI, mas, de fato, essa informação não é contemplada no documento legal que rege as normas dos programas.

Especificamente para o programa mencionado anteriormente, alguns artigos são disponibilizados diretamente em PDF, outros têm um *link* de direcionamento para a página da revista que o publica. Já as dissertações e teses são disponibilizadas em formato PDF imediatamente ao clicar no *link*.

O programa de Engenharia Elétrica, que disponibiliza suas dissertações e teses em PDF desde 1998 em sua *homepage*, separadas por ano, bem organizadas, não as inseriu em sua plenitude no RI-UFBA, disponibilizando apenas dez dessa tipologia de documentos, desde quando, no período delimitado por este estudo, identificamos que foram 129 defesas ocorridas, sem contar as defesas de anos anteriores. A disposição de documentos em acesso aberto, através da ferramenta que tem por finalidade concentrar o conhecimento científico produzido na UFBA, não tem se efetivado para esse programa, como os números nos revelam.

O programa de Engenharia Industrial não apresenta em seu rol de documentos, disponíveis na aba “Normas e procedimentos”, nenhum documento que se relacione com o repositório. O que identificamos acerca da produção acadêmica e científica diz respeito apenas à disponibilização das teses e dissertações, em formato PDF direto, sem direcionar para repositório, como temos encontrado em outros programas, como, por exemplo, o programa de Engenharia Química.

O programa de Engenharia Química apresenta as dissertações e teses direcionando o usuário automaticamente para o RI, para que as consulte na ferramenta apropriada. Reforçamos na análise a seguinte questão: já que remete o usuário ao RI-UFBA, deveria ao menos inserir adequadamente as produções científicas na ferramenta. Para esse programa, identificamos que apenas 44 documentos do tipo dissertação e tese foram inseridos no RI, mas, para o período do estudo, verificamos que ocorreram 120 defesas. Documento de fato que oriente a inserção de documentos no RI também é inexistente, assim como nos demais programas.

Assim como os demais programas já analisados, o de Física não foge à regra. Este não apresenta qualquer documento que referencie o RI-UFBA. Disponibiliza, portanto, as dissertações e teses a partir do ano de 2010 em PDF.

Para o programa de Geofísica, encontramos duas páginas distintas na internet. Uma delas através do Instituto de Física e outra referenciada pelo Igeo. Na página do Igeo, todas as dissertações e teses do ano de 1972 a 2019 são divulgadas com acesso direto aos PDF dos documentos, mas sem qualquer referência ao RI ou mesmo um documento que indique a sua existência. Já as dissertações e teses mencionadas no Instituto de Física, cujo os *links* dos PDF não retornam o documento, e sim uma mensagem de erro, são referências de defesas realizadas entre os anos de 1972 até 2009, salientando que as que contemplam esse período estão também referenciadas no Igeo com o PDF disponível em perfeita condição.

O Igeo, juntamente com o programa de Geofísica, de fato demonstra um enorme apreço à disponibilização do conhecimento produzido no âmbito do seu campo de estudo. Recomendamos, portanto, que esse excelente trabalho realizado pela equipe, tanto do instituto quanto do programa, possa ser também socializado no RI-UFBA em sua plenitude, já que conta com apenas 34 documentos com essa tipologia disponibilizados na ferramenta de acesso aberto. O mais difícil já foi realizado, ou seja, digitalizar dissertações e teses desde 1972 para disponibilizar na internet. Daí por diante, fica mais fácil realizar essa inserção no RI-UFBA, já de posse dos PDF. Vale ressaltar que os RI são ferramentas que visam a preservação e a memória da instituição. Logo, um rico acervo digital produzido pelo programa de Geofísica não deveria permanecer apenas na *homepage* do programa, e sim alcançar a visibilidade nacional e internacional através do RI-UFBA.

Atualmente, com o MAA amplamente divulgado mundo afora, os pesquisadores que desejam conhecer a produção científica de uma instituição dirigem-se aos seus RI,

nos quais, teoricamente, encontrariam toda a produção, de diversas áreas do conhecimento, inserida ali.

Já o programa de Geografia, também lotado no Igeo, direciona os usuários que pesquisam as dissertações e teses para o RI-UFBA. Este possui uma boa quantidade de documentos com essa tipologia disponibilizada. Insere, inclusive, mais documentos do tipo dissertações e teses do que a quantidade de discentes concluídos no período delimitado por esta pesquisa. Observamos apenas a ausência de documento normativo para que os discentes executem o autoarquivamento das suas produções, como tem sido comum aos outros programas, que também não possuem esse tipo de norma regimentada entre os membros da sua comunidade acadêmica.

O programa de Geologia segue a mesma linha de disponibilização de conteúdo, da produção acadêmica, que o programa de Geografia, ou seja, através da aba denominada “Teses e dissertações” em sua página na internet. Dessa maneira, o usuário, ao consultar esse tipo de documento, é direcionado ao RI-UFBA. Novamente, nenhum documento que regulamente a inserção do produto final de curso no RI foi encontrado.

Finalizando as análises dos PPG lotados no Igeo, temos o programa de Geoquímica, que segue a mesma forma de disponibilização da produção dos discentes de quase todos os demais PPG dessa unidade. A exceção fica a cargo do programa de Geofísica, que não remete o usuário para a consulta ao RI-UFBA, mas que possui um grande diferencial, ao possuir documentos desse tipo já digitalizados desde 1972. Mais uma vez, nenhum documento normativo foi localizado também em Geoquímica.

Para os programas de mestrado e doutorado em Matemática, apesar de serem programas distintos na universidade, compartilham do mesmo espaço virtual para divulgação das informações referentes a esses dois programas. Traremos os achados relacionados à disponibilização de conteúdo. Identificamos que, novamente, nenhum documento que mencione o RI-UFBA foi localizado e que as produções acadêmicas dos discentes, dissertações e teses, são diretamente divulgadas no *site*, com acesso direito ao PDF. Além de não se referirem ao RI-UFBA, utilizam a frase a seguir para referir-se à própria página: “Repositório de teses de doutorado e dissertações de mestrado dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Matemática”.

Passando a analisar o Profmat, ressaltamos que também se trata de outro programa distinto, mas que compartilha o mesmo endereço virtual para socialização das informações referentes ao programa. Para este, não foram localizadas dissertações disponibilizadas nesse *site*, somente informações administrativas, e nenhum documento

científico foi inserido. Por se tratar de um programa em rede, as dissertações do Profmat podem ser encontradas na página da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

A *homepage* do programa de Mecatrônica direciona automaticamente o usuário à página do RI-UFBA, caso este queira consultar as teses e dissertações. Porém, informações, para os discentes e docentes, de como realizar a inserção desses documentos não são disponibilizadas. Certamente, o autoarquivamento também não se efetiva nesse programa.

Observamos que o programa acima dispõe de menu de “Instruções para defesa e homologação”⁴¹ das teses e dissertações e que nelas ainda menciona a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da UFBA,⁴² inclusive com disponibilização de *link* para esta. Percebe-se que a *homepage* do programa se encontra desatualizada, pois, nesse mesmo espaço, poderia ser incentivado o autoarquivamento da produção científica no RI-UFBA. Além disso, acrescentamos que o conteúdo remanescente da BDTD foi incorporado ao RI-UFBA na ocasião da implantação deste.

O programa de Meio Ambiente, Águas e Saneamento segue a mesma tendência que outros programas. Disponibiliza diretamente os arquivos das dissertações e teses e não faz menção à existência do RI-UFBA.

Para finalizar as análises e constatar que nenhum PPG da Área I regimentou a disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, trataremos o programa de Química. Este, assim como os demais programas, não dispõe de nenhum documento que oriente os discentes a inserirem suas produções no RI-UFBA, em sua *homepage*. Não foram encontradas teses e dissertações disponibilizadas e sem remissiva para o RI-UFBA.

Concluimos neste tópico que nenhum programa da Área I chegou a formular normas ou orientações para a inserção da produção científica do programa no RI da UFBA. A política institucional que está disponibilizada no RI-UFBA pode estar contribuindo para essa ausência de documentos normativos, para disponibilização de conteúdo dos programas no repositório. Esta ainda não conseguiu atingir o seu objetivo de mobilizar as unidades e os membros das comunidades acadêmicas para uma PII, e não apenas uma política institucional do repositório de fato. Bueno (2016, p. 21-29) acrescenta que:

⁴¹ Disponível em: <http://wiki.dcc.ufba.br/Mecatronica/InstrucoesDefesaHomologacao>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁴² Disponível em: <http://www.btdt.ufba.br/>. Acesso em: 16 set. 2019.

É razoável admitir [...], que os nossos cientistas e pesquisadores não incluem, necessariamente, entre as suas atribuições e prioridades (ou compromissos), a tarefa ou missão de compartilhar os resultados de suas pesquisas. [...] Não é justo, não é democrático e não representa uma atitude cidadã negar ao povo brasileiro informações, dados ou conhecimento que possam impactar a sua vida e o mundo do trabalho. [Dessa forma], o fato de as instituições não incluírem em sua proposta institucional de comunicação a divulgação obrigatória dos resultados das pesquisas por elas realizadas – não a definindo, assim, como uma de suas funções básicas – acaba contribuindo para que o pesquisador não assuma ou a relegue a um segundo plano.

Diante da total ausência de regulamentação para uma Política mais efetiva de Informação e Comunicação em algumas instituições, a disponibilização de conteúdo em acesso aberto fica prejudicada, tendendo a tornar menos visível a produção realizada na própria instituição.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DO PPG

Nesta subseção, analisaremos as respostas do questionário aplicado aos coordenadores de PPG da Área I da UFBA. O objetivo da coleta de dados através desse instrumento de pesquisa foi compreender como as orientações e as inserções de documentos têm ocorrido ao longo dos anos, entre 2010 e 2018, para, com isso, ao final das análises, formular uma proposta de intervenção junto às instâncias superiores da universidade e dos programas, no intuito de ampliar e tornar mais efetiva a participação da comunidade acadêmica.

Conforme disposto no Apêndice F, o questionário foi estruturado com 12 perguntas, das quais 11 são de natureza fechada, com respostas do tipo “sim” ou “não”, e uma pergunta aberta, que possibilitou ao respondente interagir um pouco mais, explanando, diante da proposição: “Mencione os critérios utilizados pelo PPG para inserção da produção no RI”. Quais seriam esses critérios? Essa averiguação deu-se como a última do questionário.

Para cada pergunta citada, discorreremos sobre os dados numéricos percentuais obtidos, bem como as análises contextualizadas com os achados oriundos das observações às *homepages* e dos confrontos entre os discentes titulados e suas produções inseridas no RI-UFBA.

De acordo com a primeira questão, que diz respeito ao conhecimento sobre o MAA, 52,94% dos coordenadores afirmam não terem conhecimento e 47,06%

responderam positivamente. Nessa análise, inferimos que os coordenadores desconhecem o MAA, que tem sido difundido desde 2002 mundo afora, em todas as áreas do conhecimento, e mais especificamente no Brasil, desde 2005, com a contribuição do Ibict, ao lançar o *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica*.⁴³

Já quando se refere ao conhecimento quanto ao RI da UFBA, o percentual dos coordenadores assinala positivamente, são na ordem de 88,24%, e apenas 11,76% do público consultado, desconhece a existência do RI-UFBA. Demonstrando nesse sentido, que a divulgação da ferramenta não atingiu uma parcela relevantes da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, a resposta majoritária na terceira pergunta corrobora o que ditamos anteriormente. Dos 17 coordenadores que responderam ao questionário, 64,71% deles consideram que a divulgação da implantação do RI-UFBA não foi suficiente, contra os 35,29% que a consideraram adequada.

Quando passamos a tratar da relação entre as instâncias superiores da UFBA e os PPG, no que tange à comunicação sobre o RI, o percentual de docentes que afirmam não ter recebido nenhuma orientação para que os discentes e docentes realizassem o autoarquivamento no RI é significativo. Dos docentes questionados, 70,59% afirmam que não obtiveram essa informação, o que é demonstrado nas observações que realizamos da disponibilização do conteúdo. Inferimos que muitas das dissertações e teses que ali estão foram inseridas não pelos autores, e sim pelos secretários de colegiados. O percentual de docentes que sinaliza positivamente o recebimento dessas informações apresenta-se em 29,41% do total deles.

Na quinta pergunta do questionário, almejamos identificar, pelas respostas dos coordenadores, se os programas dispõem de algum documento normativo que oriente os discentes a realizarem o autoarquivamento. Contrariamente às nossas observações nas *homepages*, nas quais não localizamos nenhuma orientação aos discente, e sim remissivas para o RI-UFBA, 58,82% responderam possuir política de autoarquivamento disponível na *homepage*. Já os 41,18% restante foram mais coerentes, ao afirmarem que de fato não possuem esse tipo de documento disponibilizado. Esses dados revelam que parte da comunidade acadêmica desconhece o que vem a ser uma política de autoarquivamento, confundindo-a com as raras menções ao RI que encontramos.

⁴³ Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

Quando perguntamos se, além da política de autoarquivamento, caso possuíssem, haveria outro documento norteador para a inserção de documentos no RI-UFBA, os coordenadores foram mais congruentes ao afirmarem, em sua maioria de 82,35%, que não dispunham de outro tipo de documento que tratasse desse conteúdo. Ainda, contudo, recebemos um percentual expressivo de 17,65% das respostas que afirmaram haver outros documentos de orientação aos discentes, algo que já demonstramos ser incompatível com as observações.

Ao questionarmos os coordenadores dos PPG a respeito da comunicabilidade do RI-UFBA com a Plataforma Sucupira da Capes ou com o Currículo Lattes do CNPq, se esta facilitaria a inserção da produção acadêmica/científica da UFBA na ferramenta, encontramos pela primeira vez uma unanimidade nas respostas. Todos os respondentes, ou seja, 100% deles, responderam que sim, essa comunicação entre os sistemas facilitaria a inserção da produção do conhecimento no RI-UFBA.

Sobre esse aspecto, estudos já vêm sendo desenvolvidos com o intuito de aprofundar-se na questão da comunicabilidade entre os RI e os sistemas de avaliação da produção científica brasileira, tais como: a Plataforma Sucupira da Capes e Currículo Lattes do CNPq. Nesse sentido, Vidotti e demais autores (2015), em seu artigo intitulado “Coleta de dados a partir dos currículos da Plataforma Lattes: procedimentos utilizados no Repositório Institucional Unesp”, apresentam os procedimentos desenvolvidos para a concretização dessa coleta. Agrupados em seis etapas, os autores os relacionam da seguinte forma: coleta dos currículos, conversão para um formato de importação aceito pelo DSpace, remoção dos registros duplicados, verificação dos dados e das licenças, organização dos registros nas coleções e importação no repositório, nesse caso, o repositório da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Vidotti e demais autores (2017, p. 30) apresentam os resultados satisfatórios adquiridos com essa metodologia, que utiliza o “desenvolvimento de tecnologias para a inclusão de registro de forma automática”, também em bases de dados.

Além disso, a autora Vidotti apresentou, no evento Biredial 2019, uma palestra intitulada “Coleta automática para povoamento de repositório digitais”,⁴⁴ na qual detalha os procedimentos utilizados para a coleta automática não somente da Plataforma Lattes, mas também de outras ferramentas que disponibilizem arquivos científicos dos membros

⁴⁴ Palestra não disponibilizada pela autora. citada em: https://www.unifesp.br/reitoria/bibliotecas/2-uncategorised/83-biredial?fbclid=IwAR2v_jtbYo3CHVcJu6kkb-lnIXyhIgRcJTUitIkXbLt_85XsCmezYBePuFI. Acesso: 18 set. 2019.

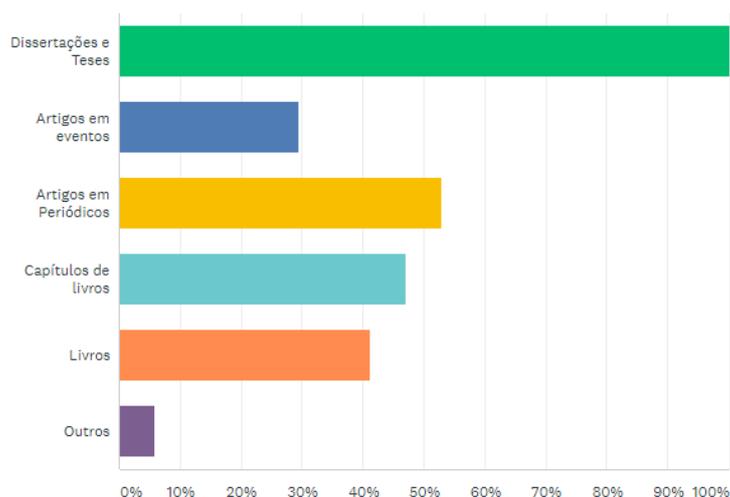
da universidade em questão, nesse caso da Unesp, através de *scripts* computacionais. A ideia, que já foi totalmente colocada em prática na Unesp, com a obtenção de mais de 100 mil registros inseridos nesses moldes, é simplesmente fantástica.

Esse é um dos pontos-chave que podem alavancar a disponibilização de conteúdo no RI-UFBA e que conta com 100% de aceitação dos membros da comunidade. Para o desenvolvimento dessa estratégia, recomendamos que seja aprofundada a questão da encontrabilidade da informação, também discutida por Vechiato e Vidotti (2014), em trabalho no qual é possível compreender a necessidade da mediação e do diálogo entre os sistemas e os sujeitos informacionais.

Destacamos também o trabalho desenvolvido por Sarvo (2018), o qual procura avaliar a Plataforma Lattes como fonte para a coleta automatizada em RI. Nesse sentido, percebemos que há um solo fértil rumo ao aprimoramento da inserção de documentos nos RI, com a utilização da tecnologia de importação de dados.

A maioria dos docentes respondentes, 88,24%, considera que o RI-UFBA pode contribuir como ferramenta de comunicação científica, ampliando a visibilidade da produção científica da UFBA no cenário nacional e internacional. Já os 11,76% restantes não consideram essa possibilidade, certamente por desconhecerem o MAA e a sua repercussão mundial.

Ao nos determos nas respostas dos coordenadores acerca dos documentos acadêmicos mais recomendados a serem inseridos no RI-UFBA pelos discentes e docentes, verificamos uma coerência com as observações realizadas nas subcomunidades dos PPG no RI-UFBA. De fato, conforme descrito na subseção 5.1 deste estudo, os docentes confirmaram que os documentos que têm o maior quantitativo de inserções são as dissertações e teses – 100% dos respondentes informaram orientar que os membros da comunidade acadêmica disponibilizem esse tipo de material. Esse tópico de fato apresenta consonância com o levantamento realizado nas observações. Mais uma vez, os docentes corretamente responderam, em um percentual de 52,94% deles, que os artigos publicados em periódicos são o segundo tipo de documento mais inserido no RI-UFBA pela comunidade, conforme descrito no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Documentos recomendados à inserção no RI-UFBA

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
▼ Dissertações e Teses	100,00% 17
▼ Artigos em eventos	29,41% 5
▼ Artigos em Periódicos	52,94% 9
▼ Capítulos de livros	47,06% 8
▼ Livros	41,18% 7
▼ Outros	5,88% 1
Total de respondentes: 17	

Fonte: produzido pela autora através do SurveyMonkey.

A inserção de capítulo de livros configurou a terceira colocação dos documentos com maior recomendação por parte dos docentes consultados, apresentando um índice de sugestão em torno de 47,06%, seguida da recomendação de inserção de livros, chegando a um percentual de 41,18%.

Já a orientação para a disponibilização dos artigos em eventos deu-se em 29,41% das respostas, sendo esta finalizada pela recomendação de inserção de outros documentos –apenas 5,88% dos respondentes sugerem que outros tipos de documentos sejam inseridos no RI-UFBA.

No que diz respeito à obrigatoriedade de inserção da produção acadêmica e científica, os coordenadores consideram que seriam favoráveis a uma política de obrigatoriedade ou política de recompensa para os pesquisadores que publicam em acesso aberto. Os docentes que não são favoráveis a esse tipo de política se manifestam em uma ordem de 56,25%. Já os docentes favoráveis a políticas desse teor estão no percentual de 43,75%. Mesmo muito próximos os percentuais, os desfavoráveis ainda são majoritários.

A diferença de aproximadamente 13% foi obtida pela resposta de dois coordenadores a mais que discordam dessa obrigatoriedade.

Chegamos à última pergunta aberta do questionário, que trata da adoção da disponibilização de conteúdo por parte dos docentes e discentes do programa no RI-UFBA. Estes, novamente, quase dividiram a quantidade de respostas, tanto para o lado satisfatório quanto insatisfatório. Apresentando um percentual um pouco maior, os que consideram insatisfatória a disponibilização de conteúdo configuram-se 58,82%. Por outro lado, os que consideram esse ponto satisfatório giram em torno de 41,18%, com uma diferença de três respostas entre eles.

Para finalizamos esse ciclo de análises das respostas do questionário e partirmos para as considerações finais deste estudo, apresentaremos um compilado dos retornos realizados na modalidade aberta, na qual o respondente tem livre escolha da sua explanação e pode expressar-se de forma democrática sobre os critérios adotados pelo PPG que coordena, para inserção da produção acadêmica e científica no RI-UFBA. De início, informamos que, dos 17 respondentes, apenas 12 deles pontuaram essa questão. Os outros cinco coordenadores não se manifestaram.

Realizada a análise dos retornos, identificamos que apenas dois programas não possuem nenhum tipo de critério para a inserção de documentos no RI-UFBA. Um deles, inclusive, ressalta, em suas conclusões: *“O Programa não discute estes assuntos. Utilizamos mecanismos internacionais. Mecanismos locais constituem apenas burocracia inútil”*. Já o outro apenas informa: *“Não temos critérios ainda pois não discutimos esse assunto no colegiado”*.

Paradoxalmente ao que foi levantado, os demais programas respondentes demonstram uma conscientização mais apurada a respeito da inserção de documentos no RI-UFBA, ao afirmarem que possuem critérios de disponibilização de conteúdo na ferramenta institucional. Alguns deles, a propósito, mantêm critérios rígidos que permeiam a homologação da dissertação, condicionada à inserção da produção científica no repositório, demonstrando através de comprovante de submissão. Certamente, esses são aqueles favoráveis à política de obrigatoriedade da disponibilização de conteúdo.

Outros dois programas informam que possuem, para um deles, uma funcionária terceirizada; já no outro, há uma estagiária que realiza a inserção dos documentos. Por um lado, é interessante essa iniciativa dos programas, mas, a médio e longo prazo, esse procedimento pode ser prejudicado por intercorrências externas.

Uma quantidade de programas, semelhante aos que solicitam do discente comprovante de submissão da tese ou dissertação, efetiva a inserção de documentos no RI-UFBA através da sua secretaria ou apenas incentiva os discentes e docentes a executarem tal procedimento.

Traremos a seguir as declarações dos coordenadores de forma compilada, mas uma explanação específica faz-se necessária à explicitação do relato. Nessa explanação, encontramos uma observação relevante, mas também percebemos um equívoco. Segue:

Basicamente, são inseridas teses e dissertações, ação que deveria ser feita pela secretaria do programa, mas algo que não posso assegurar que está sendo feito. Atualmente, docentes têm infinitas burocracias e bases para manter atualizada. Discentes não têm motivação nem interesse em manter o RI atualizado, mesmo porque não o veem como uma ferramenta útil, já que buscas locais são limitadas para qualquer trabalho de pesquisa. O RI não parece ser nada mais do que um repositório para atender demandas locais da UFBA. Este deveria se integrar com a Sucupira e/ou Lattes.

A narração reflete o desconhecimento por parte do representante desse programa sobre que vem a ser a disponibilização de conteúdo no RI-UFBA e por quais agentes esse procedimento deveria ser prioritariamente executado. Ao alegar que a secretaria do programa “deveria” realizar essa ação, o respondente anula a responsabilidade do produtor do conteúdo, maior interessado em proceder com a comunicação científica da sua obra. Outro ponto a destacar é a questão da motivação e interesse do discente em manter o RI atualizado. A motivação do discente deve estar atrelada a dar visibilidade ao seu trabalho, fazendo com que seja encontrado em uma simples ferramenta com mecanismo de busca, a exemplo do Google, no qual basta colocar o nome do autor e/ou título do trabalho e este será resgatado. Ao mencionar a necessidade de integração com a Plataforma Sucupira e/ou Plataforma Lattes, nesse sentido, concordamos que o Grupo Gestor do RI-UFBA precisa reavaliar as formas de povoamento do repositório, buscando alternativas tecnológicas e tendo em outros estudos, já mencionados, um arcabouço estimulante.

Apesar de algumas afirmações um tanto distorcidas da realidade, as explanações foram satisfatórias e, dessa forma, foi possível conhecer um pouco mais da atuação de alguns programas, mesmo que anonimamente, junto ao RI-UFBA.

6 CONCLUSÃO

Com os dados revelados neste estudo, trago à luz a palestra realizada pela professora Ariadne Chloe Mary Furnival, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no evento Biredial 2019, na qual destacou já no título a proposta de reflexão: “Verde ou cinzenta: qual será a cor do futuro de nosso(s) RI(s)?”.⁴⁵ Nessa palestra, a autora retoma o conceito de literatura cinzenta, na qual se inserem aqueles documentos não comercializados, à margem das publicações editoriais. São esses documentos que são avistado com maior frequência e disponibilizados nos RI, como comprovam esses levantamentos aqui pontuados. Se retornarmos à proposta do MAA e suas estratégias, na qual encontramos a via verde, caracterizada pela presença dos RI, certamente não encontraremos essa alusão à disponibilização apenas de teses e dissertações nos RI, mas sim de toda produção que represente a instituição.

A autora defende que a literatura cinzenta seja ainda mais valorizada como uma tipologia de documentos a serem inseridos nos RI, pois estes têm sofrido com a concorrência de outras ferramentas que possibilitam uma maior rede de contato entre os pesquisadores, sendo citadas pela autora, para exemplificar, a ResearchGate,⁴⁶ que é uma rede social voltada a profissionais da área de ciência e pesquisadores.

Ficam, nesse sentido, a reflexão e a indagação: qual será de fato o futuro dos RI? Intensificar seus esforços na disponibilização de conteúdo não comercializados, na literatura cinzenta, indo de encontro a toda a proposta do MAA e os objetivos que o fizeram existir ou persistir na busca pela plena disponibilização de conteúdo de forma democrática, gratuita e de qualidade?

De um modo geral, os programas apresentam interesse em disponibilizar os conteúdos dos seus membros em acesso aberto, porém ainda não compreenderam como essa inserção deve ser executada, ou seja, através do autoarquivamento. São poucos os programas dessa área que exigem comprovante de submissão da produção acadêmica de final de curso aos discente para que seja efetivada a homologação da defesa do título. Não identificamos em nenhum programa, publicado em suas *homepages*, orientações para a inserção de documentos no RI-UFBA. Isso denota a ausência de percepção para o poder

⁴⁵ Palestra disponível em:

<https://www.unifesp.br/reitoria/bibliotecas/images/bibliotecas/Biredial%202019/Verde%20ou%20Cinzenta%20Qual%20ser%C3%A1%20a%20cor%20do%20futuro%20de%20nosso%20RI%20Chloe%20Furnival.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 18 set. 2019.

do autor da obra, para inserção da sua própria produção, deixando a cargo, por diversas vezes, da secretaria do programa ou de profissionais terceirizados a execução desse procedimento. Percebemos que os coordenadores dos programas, os secretários, os docentes e discentes necessitam de treinamento, orientação e manuais mais direcionados a eles que incentivem o autoarquivamento.

Pontuamos uma excelente iniciativa do programa de Geofísica, que possui em sua *homepage*, disponibilizada através do Igeo, a digitalização de dissertações desde 1972. Esse enorme acervo já poderia estar disponível também no RI-UFBA, mas não está. O RI-UFBA tem como um dos seus pilares a preservação e memória da instituição, portanto, essas obras já em meio digital precisam ser inseridas no repositório como forma de preservar a produção desse conhecimento de décadas acumulado.

A pesquisa revela que o maior número de documentos inseridos no RI-UFBA é de dissertações e teses, logo, é preciso incentivar que comunicações orais, publicadas em anais, sejam disponibilizadas com mais frequência, já que essas não sofrem períodos de embargo.

Alternativas para inserção de documentos que se baseiam em buscá-los em outras fontes, utilizando-se para isso a tecnologia da coleta automática, já utilizada por outras instituições brasileiras, surge como perspectiva para aumentar a disponibilização de conteúdo no RI-UFBA, visto que os próprios docentes sinalizaram essa necessidade de minimizar o seu trabalho, pois há diversas ferramentas distintas para inserção da produção acadêmica e científica.

Salientamos que, sob a coordenação do professor Rodrigo Meirelles, membro do comitê gestor do RI, foi realizado um povoamento inicial no RI-UFBA, através do autoarquivamento e depósitos, conforme relatado por Rosa (2011, p. 215): “Sua principal tarefa será o povoamento das comunidades do RI, cuja meta [era] o depósito de cerca de 6.000 documentos de diferentes áreas do conhecimento, ainda em 2011”.

Recomendamos repensar as estratégias de mobilização da comunidade acadêmica, refletir sobre as políticas de informação na UFBA, pois verificamos que o repositório publiciza uma política institucional do repositório, mas é evidente que uma política mais robusta e consistente de informação precisa ser formulada. O fato de não encontramos políticas de disponibilização de conteúdo editadas pelos PPG reflete a ausência de uma PII que as subsidie. Identificamos em outras Ifes que as políticas de informações tendem a ser mais consistentes, mais democraticamente discutida, e que exprimem o desejo e a responsabilidade dar transparência ao que está sendo de fato realizado na instituição.

Há poucos debates, pouco conhecimento, poucos chamamentos da comunidade para discutir a questão da transparência das informações acadêmicas e científicas. A universidade tem sido alvo de diversos ataques, e a sociedade anseia saber o que de fato se produz na instituição. A comunidade científica desconhece o papel da ferramenta aqui estudada. Esta é vista como mais um local de inserção de documentos, que não terá a menor utilidade. É urgente desmistificar essa concepção do papel do repositório da UFBA. Vejamos repositórios de outras instituições, inclusive da esfera estadual, como a Unesp, que, apenas adotando a coleta automática de documentos, tendo o apoio da comunidade acadêmica e científica, conseguiu abarcar em seu repositório mais de 100 mil títulos de obras produzidas pelos seus membros. Além disso, possui uma política de obrigatoriedade para o autoarquivamento de dissertações e teses,⁴⁷ ou seja, tem atuado de forma consistente no sentido de dar visibilidade à produção da instituição.

Voltemos os nossos olhares para as boas práticas adotadas por outras instituições, despertando o sentimento de pertencimento, de responsabilidade e de cidadania para com a instituição e com a sociedade.

⁴⁷ Disponível em: https://portal.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/PORTARIA_396_2015.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Claudia Carmem. **Análise das políticas de informação dos repositórios institucionais das universidades federais do Brasil**. 2016. 352 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174712/345787.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2019.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/2729803.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antonio A. S.; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, “pesquisa administrada” e plágio os tempos da cultura digital**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação Em Ciência e Tecnologia - IBICT. **Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã**. 2016. Disponível em: <http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2016/ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada>. Acesso em: 5 jan. 2017.
- BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>. Acesso em: 15 out. 2018.
- BUENO, Wilson da Costa. A divulgação da pesquisa científica: processo de legitimação social e afirmação da cidadania. In: PORTO, Cristiane; ROSA, Flávia; TONNETTI, Flávio (org.). **Fronteira de interfaces da comunicação científica**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 21-31.
- CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. A indústria de publicação contra o acesso aberto. **Rev. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1090-1094, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2013nahead/ao4154.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 ago. 2018.

COLEMAN, A.; ROBACK, J. Open Access Federation for Library and Information Science. **D-Lib Magazine**, v. 11, n.12, dez. 2005. Disponível em: <http://dlib.org/dlib/december05/coleman/12coleman.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

CONVENÇÃO DE SANTA FÉ PARA A INICIATIVA DE ARQUIVOS ABERTOS. Disponível em: http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm. Acesso em: 13 dez. 2017.

COOKE, J. A visual arts perspective on open access institutional repositories. In: Computers and History of Art Annual Conference, 23., 2007, Londres. **Anais eletrônicos...** Londres: Goldsmiths Research Online, 2007. Disponível em: <http://research.gold.ac.uk/140/>. Acesso em: 23 set. 2019.

COSTA, Michelli, Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Acesso Aberto no mundo e na América Latina: uma revisão a partir da BOAI. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33-46. jan./abr. 2016. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19433/2/AcessoAbertoMundo_%202016.pdf. Acesso em: 13 dez. 2017.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1, 2006, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Universidade de Brasília, 2006a. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1015/1/EVENTO_RepositorioInstitucional.pdf. Acesso em: 13 jan. 2017.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios Institucionais como ferramenta de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, maio/ago. 2006b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a05.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. 3.ed. [revista]. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DONATO, Helena. Editar uma Revista Científica é um Desafio. **Revista da SPMFR**, Gaia, v. 30, n. 1, ano 26, 2018. Disponível em: <https://spmfrjournal.org/index.php/spmfr/article/viewFile/291/147>. Acesso em: 7 ago. 2018.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113/1244>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 403-432, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a07.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

GARVEY, W. D., GRIFFITH, B. C. Communication and information process within scientific disciplines, empirical findings for psychology. *In*: GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979. 332 p. Appendix A, p. 127-147.

GLEICK, James. **A informação**: uma história, uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/340345/mod_resource/content/1/A-informacao-Uma-historia-uma-teoria-uma-enxurrada-James-Gleick-pdf.pdf. Acesso em: 29 jul. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Anilza Rita de Souza. **Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA**: contribuição à política institucional de acesso aberto. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24947/1/FINAL%20DISSERTAC%C3%83Ofinal.docx%202020jan%202018%20formatado%20por%20sandra%20e%20Anilza%20%20%282%29.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerencia e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositório institucional de acesso aberto. Brasília, DF: Ibict, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliareGerenciar.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

LEITE, Fernando César Lima. **Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do acesso aberto**. 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9753>. Acesso em: 23 set. 2019.

LEITE, Fernando César Lima. **Gestão do Conhecimento científico no contexto acadêmico**: uma proposta de um modelo conceitual. 2006. 240 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/3975/1/2006_FernandoCesarLimaLeite.pdf. Acesso em: 10 jan. 2017.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **The Association of Research Libraries**, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASSARANI, Luisa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro**: Algumas reflexões sobre a década de 20. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/2140295/A_divulga%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%ADfica_no_Rio_de_Janeiro_algumas_reflex%C3%B5es_sobre_a_d%C3%A9cada_de_20. Acesso em: 12 ago. 2018.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 1999.

MEIRELLES, Rodrigo França. **Gestão do processo editorial eletrônico, baseado no modelo acesso aberto**: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. 132 f. il. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. Orientadora: Profa. Dra. Helena Pereira da Silva. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5629/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o__Rodrigo_Meirelles_Revisada.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva. **Informação**: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação. 184 f. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus de Marília). Orientador: Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/messias_lcs_me_mar.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Aline Vieira do. **Repositórios digitais**: identificando fatores de sucesso para as bibliotecas digitais e repositórios institucionais. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de

Janeiro, 2014. Disponível em:

http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/892/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ALINE_NASCIMENTO_MAR2013.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

OCTAVIANO, Véra Lúcia de Campos; REY, Carla Monte; SILVA, Kelly Cristina da. A informação na atividade técnico-científica: um enfoque pós-moderno.

Transinformação, v. 11, n. 2, p. 173-184, 1999. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/v/a/299>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do ocidente.

Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 1, n. 1, p. 188-201, ago./dez.

2012. Disponível em:

<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/619/353>
Acesso em: 10 ago. 2018.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **A Disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu Repositório**

Institucional: uma política de acesso aberto. Salvador, 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3031/1/Tese%20Flavia.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS; Paula Xavier dos; ALMEIDA, Bethânia de Araújo; HENNING, Patrícia.

(org). **Livro Verde: Ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional** – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24117/2/Livro-Verde-07-06-2018.pdf>.
Acesso em: 16 out. 2018.

SANTOS, Valdeci da Silva. O Que é e como fazer “revisão da literatura” na pesquisa teológica. **Fides Reformata**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-104, 2012. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/27418480/revisao-de-literatura-o-que-e-como-fazer>. Acesso em: 14 out. 2018.

SARVO, Denilson de Oliveira. **Avaliação da Plataforma Lattes como fonte de coleta de metadados para povoamento automatizado em repositórios institucionais**. 2018.

96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9840/SARVO_Denilson_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 out. 2018.

SAYÃO, Luiz *et al.* (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: política, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Terezinha Elisabeth; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2009. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4817/4173>. Acesso em: 16 out. 2018.

SILVA JÚNIOR, Laerte Pereira da. **Os Repositórios Institucionais das Universidades Federais do Brasil**: um modelo de política de preservação digital. 2017. 190 f. Tese (Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto/ Portugal, 2017. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/105842/2/202343.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. 1998. 387 f. (Tese. Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34362>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação científica além da ciência. **Ação midiática**: estudos em comunicação, sociedade e cultura, Paraná, n. 7. p. 1-12, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000300012. Acesso em: 13 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, Gabinete do Reitor. **Portaria nº 024/2010**. Palácio da Reitoria. Salvador, 7 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida. **Encontrabilidade da Informação**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014. [Recurso eletrônico]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126218/ISBN9788579835865.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2019.

VIANNA, Sheila Maria de Vasconcellos; CARVALHO, Rogério Atem de. Benefícios da implantação de repositórios institucionais na preservação da memória institucional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 1-15. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1613/1614>. Acesso em: 15 dez. 2017.

VIDOTTI, Silvana Aparecida *et al.* Coleta automática de bases de dados para repositórios digitais: o caso do repositório institucional UNEP. **Bibliocanto**, Natal, v. 3, n. 1, p. 29-47, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/11945>. Acesso em: 18 set. 2019.

VIDOTTI, Silvana Aparecida *et al.* Coleta de dados a partir dos currículos da plataforma lattes: procedimentos utilizados no repositório institucional UNESP. **Ponto de Acesso**. Salvador, v. 9, n. 3, p. 117-132, dez. 2015. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15164/10329>. Acesso em: 18 set. 2019.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura, 1991.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 380 p.

APÊNDICE A – Distribuição dos discentes concluídos nos cursos da Área I (entre 2010 a 2018)

Curso	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Arquitetura e Urbanismo	24	20	31	34	26	26	23	18	4	206
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre)	Não se aplica. Curso iniciou em 2010.	9	Sem conclusões.	6	Sem conclusões.	6	Sem conclusões.	Sem conclusões.	Sem conclusões.	21
Ciência da Computação	Não se aplica. Curso iniciou em 2014.	2	8	13	2	25				
Ciência da Computação – UFBA, UNIFACS, UEFS	Não se aplica. Curso iniciou em 2007.	4	4	6	3	9	2	1	Sem conclusões.	29
Ciência da Computação – UFBA, UEFS	Não se aplica. Curso iniciou em 2012.	Não se aplica. Curso iniciou em 2012.	Não se aplica. Curso iniciou em 2012.	2	17	20	12	2	Sem conclusões.	53
Energia e Ambiente	5	3	3	4	5	4	8	6	Sem conclusões	38
Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana	17	16	12	6	9	19	9	6	1	95
Engenharia Civil	Não se aplica. Curso iniciou em 2015.	4	6	4	14					
Engenharia Elétrica	6	9	17	10	20	12	27	19	9	129
Engenharia Industrial	5	13	26	10	21	31	15	12	6	139
Engenharia Industrial Profissional	Não se aplica. Curso iniciou em 2012.	Não se aplica. Curso iniciou em 2012.	2	1	5	6	10	16	5	45
Engenharia Química	7	8	7	6	13	12	17	15	1	86

Engenharia Química – UFBA, UNIFACS	Não se aplica. Curso iniciou em 2007.	1	4	5	5	6	5	6	2	34
Física	16	13	11	17	15	24	19	6	2	123
Geofísica	8	3	14	16	11	23	11	15	5	106
Geografia	19	10	30	9	24	43	6	20	2	163
Geologia	21	25	14	18	22	27	21	27	6	181
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	6	9	8	11	8	13	4	5	1	65
Matemática	4	10	6	7	13	10	13	12	1	76
Matemática - UFBA/UFAL	Não se aplica. Curso iniciou em 2010	Não se aplica. Curso iniciou em 2010	Não se aplica. Curso iniciou em 2010	1	1	4	3	6	1	16
Matemática em Rede Nacional (Profmat)	Não se aplica. Curso iniciou em 2011.	Não se aplica. Curso iniciou em 2011.	16	3	17	12	12	6	4	70
Mecatrônica	9	12	13	12	5	12	7	9	2	81
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	Não se aplica. Curso iniciou em 2010.	6	5	17	6	17	6	7	4	68
Química	35	43	54	25	37	51	38	28	3	314

APÊNDICE B – Endereço das *homepages* dos programas

Cursos	Endereços das <i>homepages</i>
Arquitetura e Urbanismo	https://ppgau.ufba.br/
Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre)	http://www.cecre.ufba.br/
Ciência da Computação	http://wiki.dcc.ufba.br/PGComp/DissertacoesDeMestrado
Ciência da Computação – UFBA, UNIFACS, UEFS	http://wiki.dcc.ufba.br/PMCC/EgressosDMCC
Ciência da Computação – UFBA, UEFS	Não disponível
Energia e Ambiente	http://www.cienam.ufba.br/publicacoes
Engenharia Ambiental Urbana	http://www.ppec.ufba.br/site/publicacoes
Engenharia Civil	http://www.ppec.ufba.br/site/publicacoes
Engenharia Elétrica	http://www.ppgee.eng.ufba.br/main.php?page=teses
Engenharia Industrial	http://www.pei.ufba.br/pt-br/teses-dissertacoes
Engenharia Industrial Profissional	http://www.pei.ufba.br/pt-br/teses-dissertacoes
Engenharia Química	https://ppeq.ufba.br/
Engenharia Química – UFBA, UNIFACS	https://ppeq.ufba.br/
Física	https://blog.ufba.br/pgif/dissertacoes/
Geofísica	http://www.cpgg.ufba.br/pgeof/alunos-egressos-f.html http://www.pggeofisica.ufba.br/dissertacoes
Geografia	https://posgeo.ufba.br/
Geologia	https://pggeologia.ufba.br/
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	https://pospetro.ufba.br/
Matemática	https://pgmat.ufba.br/pt-br/dissertacoes-teses
Matemática – UFBA, UFAL	https://pgmat.ufba.br/pt-br/dissertacoes-teses

Matemática em Rede Nacional (PROFMAT)	http://www.profmt-sbm.org.br/dissertacoes/?polo=ufba&pag=2 https://pgmat.ufba.br/pt-br/profmt/apresentacao
Mecatrônica	http://wiki.dcc.ufba.br/Mecatronica/DissertacoesDoMestrado
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	https://maasa.ufba.br/teses-dissertacoes
Química	http://www.ppgq.qui.ufba.br/ppgqufba/?page_id=329

APÊNDICE C – Artigos publicados em anais de evento e periódicos ao longo da trajetória

Evento ou periódico	Título	Local/data
XX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU)	O autoarquivamento no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso do curso de mestrado em Ciência da Computação	Salvador, abril de 2018
<i>Acesso Livre</i> , Revista da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (Assan)	Panorama de consumo da informação: da oralidade ao Movimento de Acesso Aberto	Rio de Janeiro, junho de 2019
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB) – Revista publicada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	A Comunicação Científica através ao Repositório Institucional da Universidade Federal Da Bahia: levantamento Da Área I	Paraíba, julho de 2019
IX Conferência Internacional sobre Bibliotecas e Repositórios Digitais da América Latina (Biredial-Istec'19) – Brasil	Verificação dos repositórios institucionais contemplados no projeto piloto do edital FINEP/IBICT/2009	São Paulo, julho de 2019
4º Simpósio de Avaliação da Educação Superior (Avalies 2019)	Repositório Institucional da Universidade Federal Da Bahia: apontamentos para a construção preliminar de um Instrumento de avaliação	Salvador, outubro de 2019

APÊNDICE D – *E-mail* enviado aos coordenadores dos programas de pós-graduação da Área I da UFBA, convidando a responder o questionário

Questionário de pesquisa - Coordenadores da PG - Área I da UFBA - Repositório 17 de maio de 2019 13:37

Institucional

De: Davilene Santos

Para: Silvio do Desterro Cunha, Manuela da Silva Souza, Roberto Rivelino de Melo Moreno, Rodrigo Espinha Baeta, Alcides dos Santos Caldas, Luiz Carlos Lobato dos Santos, Vitaly Felix Rodriguez Esquerre, Patricia Lustosa Brito, Jose Angelo Sebastiao Araujo dos Anjos, Gisele Mara Hadlich, Juliana Cardoso Nery, Marcos Alberto Rodrigues Vasconcelos, Andreia Maria Pereira de Oliveira, Caio Mario Castro de Castilho, Claudio Nogueira Sant Anna, Severino Soares Agra Filho, Elaine Christine de Magalhaes Cabral Albuquerque, Marcio Luis Ferreira Nascimento, Alberto Borges Vieira Junior, Leizer Schmitman, Mariana Cassol, Augusto Armando de Castro Junior, Gustavo Bittencourt Figueiredo, Samira Abdallah Hanna

Cco: FFlavia Goulart Roza

 Termo de consen...questionário.doc (56,5 KB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)

Caros(a) Coordenadores(as) dos Programas de Pós-Graduação da Área I da UFBA,

Meu nome é Davilene Santos, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade – EISU - Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Professora Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa, estou realizando uma pesquisa sobre o Repositório Institucional da UFBA. Nesta pesquisa pretendo verificar a disponibilização de conteúdo das Programas de Pós-Graduação da Área I no Repositório Institucional da UFBA.

Com a finalidade de coletar dados para compor as análises de estudo do referido projeto, solicitamos a sua colaboração no preenchimento do questionário da pesquisa.

O tempo gasto é de aproximadamente dois minutos e sua contribuição será de extrema importância para a conclusão da pesquisa e contribuirá para o desenvolvimento de novos estudos.

Segue link para o [questionário](#):

<https://pt.surveymonkey.com/r/9JGNNMV>

Em anexo, segue o termo de consentimento.

Antecipadamente, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

Davilene Santos
Mestranda - Programa Estudos Interdisciplinar sobre a Universidade - EISU
Universidade Federal da Bahia - UFBA

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido: enviado em anexo ao e-mail de convite para responder o questionário aos coordenadores de PPG



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos
Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “**O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: verificação da adesão dos Programas de Pós-Graduação da Área I**, que está sendo desenvolvida por Davilene Santos, Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Prof. Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa. A pesquisa se insere na Linha de Pesquisa III do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – Gestão, Formação e Universidade, da Universidade Federal da Bahia e tem como objetivo geral “Analisar a disponibilização de conteúdo resultante da produção científica nos Programas de Pós-Graduação da área I entre 2010 e 2018 no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia – UFBA”.

Solicitamos a sua colaboração no sentido de responder o questionário, para subsidiar a coleta de dados que permitirá o avanço da pesquisa. Pedimos a sua autorização para a apresentar os resultados deste estudo em eventos da área, assim como para publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Os respondentes não terão os seus nomes publicizados, ficando resguardado a confidencialidade das informações prestadas de forma nominal. Em tempo, informamos que essa pesquisa não oferece nenhum tipo de risco aos seus participantes, visto que visa avaliar a disponibilização de conteúdo do Repositório institucional da UFBA, e não uma avaliação do Programa de Pós-graduação ao qual o coordenador é responsável.

A sua participação no estudo é voluntária, não tendo nenhum tipo de obrigação em respondê-la caso não se sinta a vontade, reitemos a confidencialidade dos dados e reservamos o seu direito de solicitar a sua retirada da pesquisa a qualquer momento.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário, favor nos consultar. Estamos a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Ao preencher o questionário, o respondente fica ciente dos objetivos da pesquisa e autoriza a disponibilização das informações de caráter puramente acadêmico e científico.

() Diante dos esclarecimentos acima descritos, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Agradecemos a sua colaboração.

Davilene Souza Santos

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação - Universidade Federal da Bahia;

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares

Sobre a Universidade – EISU - Universidade Federal da Bahia

E-mail: davilenes13@gmail.com

Verificação da adesão dos programas de pós-graduação da Área I ao Repositório Institucional da UFBA	Percentuais	Quantitativos e explicações
Q1. Tem conhecimento ou informações a respeito do Movimento Mundial de Acesso Aberto?		
Answer choices	Responses	
Sim	47,06%	8
Não	52,94%	9
	Answered	17
	Skipped	0
Q2. Tem conhecimento ou informações sobre o Repositório Institucional da UFBA (RI-UFBA)?		
Answer choices	Responses	
Sim	88,24%	15
Não	11,76%	2
	Answered	17
	Skipped	0
Q3. Considera que a divulgação da implantação do RI-UFBA foi suficiente e adequada?		
Answer choices	Responses	
Sim	35,29%	6
Não	64,71%	11
	Answered	17
	Skipped	0

Q4. Enquanto coordenador(a) de curso, recebeu alguma orientação de instâncias superiores da UFBA para que os discentes e docentes do seu programa procedam com o autoarquivamento no RI-UFBA?		
Answer choices	Responses	
Sim	29,41%	5
Não	70,59%	12
	Answered	17
	Skipped	0
Q5. O programa no qual é coordenador(a) possui alguma política de autoarquivamento ou alguma orientação na <i>homepage</i> para que os discentes e docentes realizassem o autoarquivamento no RI-UFBA?		
Answer choices	Responses	
Sim	41,18%	7
Não	58,82%	10
	Answered	17
	Skipped	0
Q6. Caso o programa possua uma política de autoarquivamento no RI-UFBA, há algum outro documento normativo para disponibilização de conteúdo no RI-UFBA?		
Answer choices	Responses	

Sim	17,65%	3
Não	82,35%	14
	Answered	17
	Skipped	0
Q7. Se o RI-UFBA tivesse uma comunicação com a plataforma Sucupira da Capes ou até mesmo com o currículo Lattes do CNPq, facilitaria a inserção da produção acadêmica/científica da UFBA?		
Answer choices		Responses
Sim	100,00%	17
Não	0,00%	0
	Answered	17
	Skipped	0
Q8. Considera que essa ferramenta (RI-UFBA) pode contribuir para a visibilidade do curso, e da produção científica da UFBA no cenário nacional e internacional?		
Answer choices		Responses
Sim	88,24%	15
Não	11,76%	2
	Answered	17
	Skipped	0

Q9. Quais os documentos acadêmicos mais recomendados por este Programa a serem inseridos no RI-UFBA, pelos discentes e docentes? (A resposta poderá ser mais de uma)		
Answer choices	Responses	
Dissertações e teses	100,00%	17
Artigos em eventos	29,41%	5
Artigos em periódicos	52,94%	9
Capítulos de livros	47,06%	8
Livros	41,18%	7
Outros	5,88%	1
	Answered	17
	Skipped	0
Q10. É favorável a uma política de obrigatoriedade, ou política de recompensa, para aqueles pesquisadores que publicam em acesso aberto?		
Answer choices	Responses	
Sim	43,75%	7
Não	56,25%	9
	Answered	16
	Skipped	1
Q11. Como considera a adoção da disponibilização de conteúdo por parte dos		

docentes e discentes do Programa, no RI-UFBA?		
Answer choices	Responses	
Satisfatória	41,18%	7
Insatisfatória	58,82%	10
	Answered	17
	Skipped	0
Q12. Mencione os critérios utilizados pelo PPG para inserção da produção no RI.		
	Answered	12
	Skipped	5
Respondents	Response date	Responses
1	Aug 05 2019 09:50 AM	Na verdade, publicamos as teses e dissertações na página do programa e no RI-UFBA. Feito para todos os alunos – regra geral.
2	Jun 20 2019 12:34 PM	O programa não discute esses assuntos. Utilizamos mecanismos internacionais. Mecanismos locais constituem apenas burocracia inútil.
3	Jun 10 2019 01:53 PM	Após autorização do autor da dissertação ou tese, procedemos o depósito no RI da UFBA.

4	Jun 08 2019 09:09 AM	Para a homologação das dissertações e teses, é exigido que se coloque versão no RI-UFBA.
5	May 28 2019 11:11 AM	Não temos critérios ainda, pois não discutimos esse assunto no colegiado.
6	May 28 2019 08:26 AM	O programa exige, para homologação da defesa da dissertação, o comprovante de submissão da versão final corrigida da dissertação ao RI-UFBA.
7	May 27 2019 07:38 PM	Para a homologação do trabalho de conclusão, é solicitado o comprovante de que inseriu a dissertação ou a tese no RI-UFBA.
8	May 27 2019 02:18 PM	Basicamente, são inseridas teses e dissertações, ação que deveria ser feita pela secretaria do programa, mas algo que não posso assegurar que está sendo feito. Atualmente, docentes tem infinitas burocracias e bases para manter atualizada. Discentes não têm motivação nem interesse em manter o RI atualizado, mesmo porque não o veem como uma ferramenta útil, já que buscas locais são limitadas para qualquer trabalho de pesquisa. O RI não parece ser nada mais do que um repositório para atender demandas locais da UFBA. Este deveria se integrar com a Sucupira e/ou Lattes.

9	May 22 2019 10:59 PM	O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação estimula os docentes e discentes a publicarem teses, dissertações e relatórios técnicos no RI-UFBA. Entretanto, não há ainda uma política sistematizada ou obrigatoriedade em relação ao tema.
10	May 22 2019 09:44 AM	Nesse momento, quem insere as teses e dissertações é a funcionária terceirizada.
11	May 18 2019 06:47 PM	Dissertações e teses do programa e artigos ou livros dos professores. Há uma bolsista Permanecer que trabalha especificamente com depósitos no RI-UFBA. O depósito não é feito pelos autores diretamente.
12	May 17 2019 05:24 PM	Durante todo curso de metodologia da pesquisa, componente curricular obrigatória do programa.

ANEXO A – Portaria nº 024/2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "RI";

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista

ANEXO B – Portaria nº 125/2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº. 125/2015

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Constituir Grupo Gestor da política do Repositório Institucional – GRIO, vinculado à Reitoria, composto por **OLIVAL FREIRE JUNIOR**, *Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação*; **HILDENISE FERREIRA NOVO**, *Diretora do Instituto de Ciência da Informação*; **FLÁVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA**, *Diretora da EDUFBA*; **LIDIA MARIA BATISTA BRANDÃO TOUTAIN**, *Superintendente de Sistemas de Bibliotecas*; **LUIZ CLAUDIO DE ARAÚJO MENDONÇA**, *Superintendente de Tecnologia e Informação*; **PAULO COSTA LIMA**, *Assessor Especial do Reitor*; e, **RODRIGO FRANÇA MEIRELES**, *docente do Instituto de Ciências da Informação*; para, sob a presidência do primeiro desenvolver, implantar e manter o **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL – R1** da Universidade Federal da Bahia, ao qual será incorporado o Banco de Teses e Dissertações da UFBA

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 19 de junho de 2015.


João Carlos Sales Pires da Silva
Reitor

ANEXO C – Resolução nº 01/2018 PPGEISU

Resolução nº 01/2018 - EISU/UFBA (Define e regulamenta os procedimentos para realização do exame de qualificação e defesa do trabalho de conclusão no curso, para o curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da UFBA).



IHAC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A



UNIVERSIDADE



IHAC

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Define e regulamenta os procedimentos para realização do exame de qualificação e defesa do trabalho de conclusão, no curso de mestrado acadêmico, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

O COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1 - Definir e regulamentar os procedimentos para realização do exame de qualificação e defesa do trabalho de conclusão, no curso de mestrado acadêmico, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU).

Art. 2 – Os procedimentos para realização do exame de qualificação descritos nesta resolução se aplicam aos alunos que ingressaram no PPGEISU a partir da turma de 2018/1.

Art. 3 - Os procedimentos relativos ao trabalho de conclusão do curso descritos nesta resolução se aplicam aos alunos que ingressaram no PPGEISU a partir da turma de 2016/1.

CAPÍTULO II DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 4 - O exame de qualificação para o mestrado acadêmico corresponde à avaliação do projeto de trabalho de conclusão de curso, bem como, dos conhecimentos do estudante sobre a temática escolhida, devendo ser realizado, obrigatoriamente, ao final do segundo semestre letivo, em data aprovada pelo colegiado.

§1º- Eventuais solicitações de antecipação ou adiamento do exame de qualificação feitas pelo aluno e seu orientador serão julgadas pelo colegiado.

ANEXO D – Captura de tela do RI-UFBA (inserção de documento indevida)



Navegar

- [Sobre o RI UFBA](#)
- [Saiba mais](#)
- [Comunidades e coleções](#)
- [Data do documento](#)
- [Autor](#)
- [Título](#)
- [Assunto](#)
- [Tipo de documento](#)

Entrar em:

- [Receber atualizações por e-mail](#)
- [Meu espaço](#)
usuários autorizados
- [Editar perfil](#)
- [Ajuda](#)
- [Sobre o DSpace](#)

RI UFBA >

[Instituto de Matemática](#) >
[Doutorado Multiinstitucional de Pós-graduação em Ciência da Computação \(DMCC\)](#) >
[Teses de Doutorado \(DMCC\)](#) >

Buscar

Buscar em:

Filtros correntes:

[Iniciar uma nova busca](#)

Adicionar filtros: Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Resultados/Página | Ordenar registros por Ordenar Registro(s)

Resultado 1-3 de 3.

1

Conjunto de itens:

Data do documento	Título	Autor(es)
25-Mar-2019	As (re)significações da análise cognitiva na formação de analistas cognitivos no DMMDC	Oliveira, Eduardo David de ; Moreira, Lisiane Weber ; Burnham, Teresinha Frôes ; Fialho, Antonio Francisco Pereira ; Sá, Maria Roseli Gomes Brito de ; Carvalho, Marize Souza
13-Mar-2019	As (re)significações da Análise Cognitiva na formação de analistas cognitivos no DMMDC	Oliveira, Eduardo David de ; Moreira, Lisiane Weber ; Burnham, Teresinha Frôes ; Sá, Maria Roseli Gomes Brito de ; Fialho, Francisco Antônio Pereira ; Carvalho, Marize Souza ; Oliveira, Eduardo David de
7-Mar-2019	O alcance da aprendizagem significativa sobre energia elétrica, com estudantes do terceiro ano do ensino médio, em escolas do Sudoeste da Bahia	Ponczek, Roberto Leon ; Silva, Joabson Guimarães da ; Ponczek, Roberto Leon ; Galeffi, Dante Augusto ; Jesus, José Carlos Oliveira de ; Aragão, José Wellington Marinho de ; Araújo, Valmir Henrique de



[Contate-nos](#). Saiba mais sobre o RI/UFBA

Busca Facetada

Autor

[Moreira, Lisiane Weber](#) (2)
[Silva, Joabson Guimarães da](#) (1)

Assunto

[Educação](#) (3)
[Análise Cognitiva](#) (2)
[Multirreferencialidade](#) (2)
[Mundo do trabalho](#) (2)
[Aprendizagem Significativa](#) (1)
[Conhecimento e aprendizagem](#) (1)
[Construção do Conhecimento](#) (1)
[Construção do conhecimento](#) (1)
[Educação - Ensino Médio](#) (1)
[Energia Elétrica](#) (1)
[próximo >](#)

ANEXO E – Certificado de participação Biredial-Istec 2019

CERTIFICADO

Certificamos a participação de **DAVILENE SOUZA SANTOS**, com apresentação oral do trabalho “VERIFICAÇÃO DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS CONTEMPLADOS NO PROJETO PILOTO DO EDITAL FINEP/IBICT/2009” no dia 30 de julho de 2019 na IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS DA AMÉRICA LATINA – BIREDIAL-ISTEC, realizada na cidade de São Paulo - SP, promovida pela Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do ABC, Instituto Tecnológico da Aeronáutica e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

São Paulo, 05 de agosto de 2019.

Maria Eduarda dos Santos Puga
Coordenadora do Comitê Organizador

De Giusti
Marisa Raquel De Giusti
Representante de Istec

Organização
UNIFESP 25 ANOS
UFABC
ipen

Patrocinadores
Taylor & Francis
ACS
metalpax
bibliotheca
Pergamum
ProQuest
EBSCO
SPRINGER NATURE
ACCUCOMS
ITMSGROUP
SophiA

Apóio
UNINOVE

Organização
UNIVERSIDAD DE COSTA RICA
UFRGS
UASLP
istec
UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA
Universidad del Rosario
UNIVERSIDAD DEL NORTE